

PROGRAMA DE GOVERNO PARTICIPATIVO



Carta ao povo baiano,

O Estado existe para realizar o bem-estar e o bem comum das populações. A sociedade brasileira, historicamente, nunca participou da vida do estado. Cenário este que foi modificado nos últimos anos, sobretudo a partir dos governos Lula e Dilma, e nos governos do companheiro Jaques Wagner e nosso primeiro mandato.

Nesse projeto, a participação popular já fica cravada antes mesmo de começar o nosso governo. Inicia-se com a montagem do Programa de Governo. Não criamos este método por uma gentileza ou um gesto educado de escuta, mas por termos a participação como um princípio, um alicerce, um norte. Quando envolvemos as pessoas, as instituições, seja no que for, fica mais fácil governar. O fardo fica mais leve. Compartilhamos lágrimas, tropeços. Mas, também compartilhamos suor, luta, vitórias, conquistas. E estas conquistas viram marcas. Viram história. Projeta a gente para se comprometer ainda mais com a seriedade, com a dedicação, com competência. Um ajuda o outro. Um cobra do outro e a sociedade ganha.

Estamos magoados com o que estão fazendo com o Lula, com a Dilma, com a democracia, com o povo sofrido deste país... com o nosso Brasil... mas isso não nos desanima, não nos baixa a estima. Nossa história foi toda talhada em cima da teimosia, da resistência, da luta, do trabalho, do amor. Estamos cada dia mais fortes. É como diz a música “eu estou maior do que era antes, estou melhor do que era ontem...”

O Brasil vai superar esse momento turvo. Nós trabalhamos com o coração. A estrela que nos guia tem luz própria, feito cada baiana, cada baiano. Cada criança, cada idoso, cada negro, cada índio... deste nosso Estado.

A esperança é o nosso combustível. Chegamos até aqui mais unidos e, isso, já é uma vitória. Depois desse PGP, nós estamos melhores do que em 2014. Temos boas propostas para trabalhar durante mais quatro anos. Temos o povo da Bahia que acredita nesse grupo de Lula.

Nosso desejo é o de nos somarmos com os 15 milhões de baianos e baianas, com os 417 municípios, com os 27 Territórios de Identidade, e defender a democracia. Queremos enfrentar o desemprego, a fome, a pobreza. Queremos continuar construindo uma Bahia livre e feliz.

Agradeço, em nome da nossa Coligação, a gratidão de todos os baianos e baianas, dos partidos coligados, a chapa majoritária, a proporcional, os deputados e deputadas, prefeitos, ex-prefeitos, vereadoras, ex-vereadores, movimentos sociais e movimentos populares, setor produtivo, lideranças, aos representantes dos meios de comunicação, dos Territórios de Identidade, dos Consórcios, dos grupos setoriais temáticos, dos internautas, as 40 mil pessoas envolvidas neste PGP 2018.

Um forte e carinhoso abraço.

Lula livre!

Rui Costa

13 de agosto de 2018, Bahia-Brasil

SUMÁRIO

Apresentação: Metodologia Participativa na Construção do PGP 2018	4
Estrutura do documento	5
Introdução	6
Uma Visita à Conjuntura, em Busca do Desenvolvimento	6
Desenvolvimento da Bahia: Esforços e Realizações Recentes	8
Bahia: Políticas Públicas no Período Compreendido entre 2007 e 2017	9
Mundo do Trabalho e sua Complexidade.....	11
Prioridade no Ser Humano e sua Relação Contextualizada	12
Pensando no Futuro, Fazer Mais e Melhor Pela Bahia, Por Todos os Baianos e Baianas	13
 Eixo 1: Desenvolvimento com Igualdade, Equidade e Justiça Social. Por Uma Bahia Mais Feliz!	14
Propostas para o Eixo 1	21
Educação	21
Saúde.....	28
Segurança Pública, Sistema Prisional e Defesa Social	31
Assistência Social	34
Juventude	34
Criança e Adolescente	35
Política sobre Drogas	35
Pessoa Idosa	35
Políticas LGBTI	36
Pessoas com Deficiência - PCD	36
Mulheres	36
Igualdade Racial	37
Inclusão Produtiva, Economia Solidária e Mundo do Trabalho	39
Esporte e Lazer	39
Cultura	40
Desenvolvimento Urbano e Mobilidade	40
 Eixo 2: Desenvolvimento Econômico com Ciência, Tecnologia, Inovação e Gestão do Conhecimento. Por Uma Bahia Mais Forte!	41
Propostas para o Eixo 2	45
Infraestrutura e Logística	45
Ciência, Tecnologia e Inovação	46
Comunicação	46
Desenvolvimento Rural	47
Desenvolvimento do Agronegócio	48
Indústria, Comércio e Serviços	49
Turismo	50
Sustentabilidade Ambiental	51
Infraestrutura Hídrica e Saneamento	52
 Eixo 3: Participação Popular, Controle Social e Gestão Pública Eficiente	57
Propostas Para o Eixo 3	58
Fortalecimento do Planejamento e da Gestão Pública	58
Equilíbrio Fiscal e Controle Da Qualidade dos Gastos	58
Aprofundar a Modernização da Administração Pública	58
Capacitação e Valorização Contínuas dos Servidores Públicos Estaduais	58
Políticas Públicas com Participação e Controle Social	59
Descentralização Administrativa e o Estado Mais Perto da Sociedade	59

APRESENTAÇÃO: METODOLOGIA PARTICIPATIVA NA CONSTRUÇÃO DO PGP 2018

Após quatro anos de construção do primeiro programa de governo, e com a maior execução dos compromissos de campanha, retorna-se aos Territórios de Identidade da Bahia para a construção de proposições para um novo ciclo de gestão. O Programa de Governo Participativo (PGP 2018) foi construído, em menos de dois meses, com a escuta de um público participativo de mais de 40 mil pessoas, convidadas a contribuir e empenhadas em pensar a Bahia mais inclusiva, economicamente pujante e eficiente.

Conforme a Figura 1, as proposições para o PGP chegaram a partir da internet (i), principalmente pelo site [HYPERLINK “http://www.pgpbahia.com.br”](http://www.pgpbahia.com.br) www.pgpbahia.com.br, e também de um intenso debate pelos grupos de whatsapp, de valiosas contribuições dos Programas Partidários (ii), do envolvimento qualitativo dos Grupos Setoriais Temáticos (iii), incluindo inúmeros estudiosos, além de militantes, gestores de todas as áreas das políticas públicas e, ainda, através das Caravanas Territoriais (iv), cuja estratégia proporcionou que o grupo de pré-candidatos e candidatas, chapas majoritária e proporcional, percorresse a Bahia no recorte dos Territórios de Identidade, mobilizando, debatendo e escutando proposições, para consolidar a construção do PGP 2018.



FIGURA 1: FLUXO DE ENTRADA DE PROPOSTA DA SOCIEDADE BAIANA PARA CONSTRUÇÃO DO PGP 2018

A participação social em políticas públicas tem ampliado a abrangência dos poderes públicos na resolução dos problemas. Inserir a sociedade na elaboração das posições do programa de governo gera um compromisso entre o ator político e todo o sistema político com o eleitorado, base fundamental da nossa República e, por conseguinte, da nossa cidadania. Proposições dos diversos públicos estão presentes no texto. A sistematização buscou garantir que as propostas possam ser executadas no cenário de um ciclo de gestão, assegurando a visão de futuro, planejamento e exequibilidade.

As caravanas nos territórios ganharam destaque, diante da amplitude participativa e dinâmica. Participaram representações dos partidos políticos da coligação, representantes da sociedade civil, empresários, comerciantes, gestores públicos, dirigentes de organizações, movimentos sociais e sindicais, dirigentes de colegiados territoriais, consórcios públicos, lideranças políticas, parlamentares e público em geral.

Todos os 27 territórios de identidade foram envolvidos em cinco Caravanas pela Bahia, na forma de Plenárias Territoriais. Assim, na Caravana 1, a plenária de Lauro de Freitas reuniu o Território Metropolitano. Já a plenária de Alagoinhas aglomerou os territórios do Litoral Norte e Agreste Baiano e o Semiárido Nordeste II. A Caravana 2 reuniu, primeiro em Paulo Afonso, os municípios do Território de Itaparica. Na sequência, foi a vez de Juazeiro receber os territórios do Piemonte Norte Itapicuru e Sertão São Francisco. Irecê realizou a plenária do território de mesmo nome, enquanto Miguel Calmon concentrou os municípios e populações do Território do Piemonte da Diamantina. O último município dessa caravana foi Itaberaba, concentrando naquela plenária os territórios do Piemonte do Paraguaçu e Chapada Diamantina. A caravana 3 teve início em Guanambi e Brumado, aglomerando os territórios da Bacia do Paramirim e Sertão Produtivo. Vitória da Conquista recebeu os territórios Médio Sudoeste e Sudoeste da Bahia. Concluindo essa caravana, o município de Jequié recebeu dois territórios, Médio Rio de Contas e Vale do Jiquiriçá.

A caravana 4 foi mais intensa e com maior número de municípios e territórios. Começou com a plenária específica da capital, dada a relevância socioeconômica e política para o estado (Plenária PGP Salvador). Teixeira de Freitas e Eunápolis receberam os territórios do Extremo Sul e Costa do Descobrimento. Em Itabuna, o território do Litoral Sul, e, em Santo Antônio de Jesus, Baixo Sul e Recôncavo. Feira de Santana, segunda maior cidade do estado, aglomerou três territórios: Portal do Sertão, Bacia do Jacuípe e Sisal. A última caravana, no município de Barreiras, reuniu Velho Chico, Bacia do Rio Corrente e Bacia do Rio Grande.

Enquanto os territórios debatiam proposições que foram encaminhadas para compor este PGP 2018, em Salvador, grupos setoriais temáticos reuniam-se para focalizar proposições a partir dos diversos eixos estratégicos.

Os setoriais temáticos reuniram-se, durante todas as noites e finais de semanas, no Colégio Sagrado Coração de Jesus, gentilmente cedido pela direção, debatendo todos os temas: Educação; Saúde; Segurança Pública, sistema prisional e Defesa Social; Assistência Social; Esporte e Lazer; Cultura; Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura e logística; Direitos Humanos (LGBTI, índios e comunidades tradicionais, pessoas idosas, com deficiência, situação de rua, usuários de substâncias psicotrópicas e proteção à pessoa); Mulheres; Juventude; Igualdade Racial; Inclusão Socioprodutiva, Economia Solidária e Mundo do Trabalho; Infraestrutura e Logística; Ciência, Tecnologia e Inovação; Comunicação, Desenvolvimento Rural; Desenvolvimento do Agronegócio; Indústria, Comércio e Serviços; Turismo; Sustentabilidade Ambiental; Gestão Pública e Participação Social, Controle Social e Eficiência do Estado.

A construção do PGP 2018 foi coordenada pelo conjunto dos partidos políticos da base aliada que hoje compõe nossa coligação, pelos pré-candidatos a governador, Rui Costa, a vice-governador, João Leão, e para o Senado, Ângelo Coronel e Jaques Wagner, além de contar com a presença da senadora Lídice da Matta e dos senadores Otto Alencar e Roberto Muniz, além do senador afastado para assumir a secretaria estadual de Educação, Walter Pinheiro. Contou ainda com a valiosa presença de pré-candidatos e pré-candidatas a deputado(a) federal e estadual.

Para o conjunto dos partidos e lideranças que compõem este projeto político, o princípio para se construir uma Agenda de Desenvolvimento da Bahia e do Brasil lastreia-se na participação política que transforma o conteúdo participativo em realidade de governo, almejando sempre a construção de uma Bahia cada vez mais democrática e transparente.

ESTRUTURA DO DOCUMENTO

O documento reflete a dimensão participativa como conceito e dinâmica central, incorporando e dialogando com cenários e projeções internacionais e nacionais, e contextos territoriais e dinâmicas locais. Todo o documento é permeado por uma perspectiva participativa e dialética, que compreende as dinâmicas locais e territoriais como parte de uma estratégia de desenvolvimento

que deve incluir no escopo o planejamento necessário para garantir o esforço de se buscar a presença da Bahia na dianteira da economia nacional.

Desse modo, o documento obedece a seguinte estrutura: cenários nacional e estadual, apresentação dos eixos estratégicos e proposições temáticas por eixo.

A primeira parte do documento, ao contemplar os cenários e perspectivas para a Bahia nos planos internacional e nacional, tem como objetivo orientar programaticamente as escolhas estratégicas de proposições, considerando a realizada fática e o estado da arte em que o próximo mandato estará imerso. A segunda parte do documento traduz os eixos estratégicos do Programa de Governo Participativo 2018, seguido das proposições programáticas para o próprio mandato.

Essa estrutura garante uma exposição transparente e objetiva das proposições programáticas, considerando as escolhas estratégicas e responsáveis diante do cenário político e econômico para o próximo quadriênio.

INTRODUÇÃO

O percurso do cenário político nacional sofreu um forte abalo em 2016. A retirada do poder de uma presidenta da República eleita democraticamente desestabilizou os cenários político, econômico e social, e isso está levando o Brasil a um descrédito interno perante a população brasileira e, principalmente, perante a comunidade internacional. Um golpe na tão jovem e cara democracia brasileira. Estamos diante de uma decomposição de políticas públicas e de indicadores econômicos e sociais do Brasil. Há um 'despedaçamento' e desintegração do projeto que golpeou a democracia, se levarmos em conta o desempenho recessivo da economia, a explosão da fome e da miséria nas cidades e no campo, concorrendo para a desestruturação do aparelho de Estado e falência dos municípios, estados, territórios e da União. Vivemos esta contradição: o projeto do golpe se deteriorou e conta com baixíssima aprovação social, mas o aparelho de Estado continua capturado pelos interessados de plantão.

O projeto golpista se desintegra na percepção da sociedade, e disso advém a força crescente da candidatura de Lula e aliados. A rejeição de mais de 90% da população ao governo Temer alia-se a uma crescente desconfiança e desaprovação da ditadura midiática-judicial da Lava Jato e suas filiais. Mas a degeneração do cenário político brasileiro continua forte, pois conta com a força da máquina, de poderes estabelecidos, da mídia, do poder econômico, particularmente do capital especulativo. O movimento antidemocrático recente conseguiu a aprovação do teto de gastos por 20 anos, algo inédito no mundo, e da reforma trabalhista que não criou novos empregos, apenas aumentou o desemprego e a precarização das relações de trabalho e da condição de vida dos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil.

UMA VISITA À CONJUNTURA, EM BUSCA DO DESENVOLVIMENTO

Enquanto no governo Lula, pela primeira vez, o número de trabalhadores com carteira assinada tornou-se maior do que o de trabalhadores informais, no governo Temer houve um pesado retrocesso na composição da força de trabalho do país. Conseguiram acabar com o regime de partilha na exploração do petróleo, entregando praticamente de graça blocos do pré-sal às empresas estrangeiras, além de iniciar e acelerar a privatização da Petrobrás e a da Eletrobrás. Acrescente-se ainda o início da aprovação da reforma da previdência.

Há um poder institucional hoje deslegitimado pela maior parte da população, que já indicou que quer a volta do projeto político da inclusão e do desenvolvimento, liderado por Lula, denegando um poder que só se mantém pelo desdobramento do Estado de exceção, que começou com o impeachment da presidenta Dilma e se aprofundou com a prisão do presidente Lula. Está configurada a quebra de regras institucionais. Modificaram normas do jogo para atender aos anseios de grupos de interesse. Impactaram no jogo eleitoral.

Só se consegue o direito humano básico da segurança pública com geração de trabalho e emprego, retomada do crescimento econômico, políticas públicas na comunidade, com o tratamento da questão das drogas como questão de saúde pública, e não mais de polícia.

A Lava Jato destruiu empresas e segmentos econômicos inteiros. Em outros países, quando há má conduta de empresários sobre aspectos de crimes, punem-se os criminosos e preserva-se o patrimônio das empresas como geradores de emprego e de riquezas para a nação. Com a ação da Lava Jato, o que se viu foi destruição de empregos e expectativas e da esperança de ver o Brasil continuar no rumo do crescimento e desenvolvimento. O signo do combate à corrupção foi usado de maneira leviana e interesseira, mas o povo brasileiro e baiano continua sonhando com a corrupção banida de nossa pauta no processo de gestão do desenvolvimento.

Sobre essa destruição de empresas nacionais, estatais e privadas, é importante identificar que o que houve no Brasil, a partir de 2014, foi uma operação de “guerra não convencional”, parente das “revoluções coloridas” no Leste Europeu e da situação vivida no Paraguai e em Honduras. Essa guerra aliou o grande capital financeiro, os interesses das empresas estrangeiras, especialmente petroleiras, a mídia nativa, governos e serviços de inteligência de outros países contra o nosso projeto político de inclusão social. Foi também um golpe contra o setor do capital produtivo que vinha desenvolvendo uma ação de investimento no Brasil e em sua competência e capacidade de disputa em âmbito internacional.

A crise do capitalismo propiciou uma disputa entre segmentos do próprio capital, e o resultado está evidente na destruição da indústria naval nacional, das empreiteiras que tinham capacidade de disputar mercados no mundo todo, inclusive nos EUA, e da Petrobras. Hoje também, outras empresas e instituições nacionais de valor relevante para nossa economia e nosso orgulho estão na mira da destruição, a exemplo do Banco de Brasil, da Caixa Econômica e da Eletrobrás. Isso em benefício de outro segmento do capital, principalmente estrangeiro, que conta com aliados, a exemplo da mídia como sócios menores.

Mas apesar dessa ofensiva conservadora, o momento é de instabilidade e de indefinições. A recessão perene e galopante comprova que o modelo neoliberal faliu e só serviu ao lucro do sistema financeiro. A degradação das condições de vida de nosso povo reaviva a memória das conquistas dos anos do governo Lula e Dilma. O condomínio de poder do projeto que governa o Brasil não consegue apresentar uma saída viável, para voltar a colocar o Brasil nos trilhos do desenvolvimento. A população está desesperançada com suas condições de vida, mas está disposta a votar no projeto liderado pelo ex-presidente Lula, e até a renovar o Congresso, com uma opção de voto nos candidatos do mesmo projeto.

Precisamos investir numa agenda nacional que reestabeleça a rota do desenvolvimento, fortalecendo o processo de inclusão social, de preservação e recuperação do patrimônio ambiental, valorização da cultura e da organização popular, especialmente das populações atendidas pelas políticas sociais dos governos progressistas e includentes.

Foram muitas as ações de resistência e projeção de desejos nacionais, na defesa da democracia e do desenvolvimento, e revertemos o apoio popular em torno da democracia. Um movimento para aglutinar as esquerdas, os progressistas, os defensores da democracia e os nacionalistas em torno de uma frente contra o ataque à democracia.

Entendendo esse contexto e buscando projetar um Brasil soberano, de um povo com estima elevada, temos alguns pontos importantes a implementar, como a necessidade de se apresentar um programa de governo bem claro, que demarque o conjunto das perdas que vêm ocorrendo desde 2016 e apresente saídas para a crise, que demandarão reformas estruturais, como a tributária, a política, a da democratização dos meios de comunicação, a urbana, a agrária, além

da auditoria da dívida pública e sua renegociação. Pois do contrário o Estado estará ingovernável e não implementaremos nosso projeto. Devemos ainda fortalecer a ideia de Lula, do referendun revogatório, e nos colocar contra todas as medidas desestruturantes do governo Temer, denunciar candidatos que são afinados com o desmonte do desenvolvimento nacional. Precisamos defender uma reforma política e explicar nossas propostas de constituinte soberana, de financiamento público de campanha, de abertura de novas formas e canais de participação popular.

A saída para a crise é MAIS DEMOCRACIA, e não menos. Acreditamos e vamos contribuir para que a sociedade civil brasileira tenha suas organizações e entidades fortalecidas, autônomas e comprometidas com as mudanças necessárias para a retomar o Brasil ao eixo do desenvolvimento.

O caráter de nossa luta é popular, nacional e democrático. Nossa mobilização é pelas eleições e pela construção de uma mobilização que dê suporte às mudanças que o próximo governo alinhado com o projeto dirigido por Lula vai implementar, e pelo enraizamento ainda maior de nosso projeto político para construir uma verdadeira democracia. Uma democracia não somente formal, mas uma democracia social, com direitos sociais, econômicos e culturais assegurados.

Por tudo isso, o alinhamento de um projeto nacional, com um projeto para o Nordeste e para a Bahia, vem revelando maturidade, conduzido inicialmente por Jaques Wagner e agora por Rui Costa.

Na Bahia, fomos capazes de construir uma aliança ampla, que viabilizou o apoio aos governos Lula e Dilma, a implementação de uma fase de crescimento e inclusão social em nosso estado e a defesa da democracia brasileira. Os governos do PT, com forte aliança partidária, dirigidos por Jaques Wagner e Rui Costa, ficarão na história de nosso estado como aqueles que efetivaram a democratização no momento pós-Constituição de 1988, e que tiveram a habilidade de congrega partidos, lideranças e movimentos implicados com uma agenda inclusiva, nesse início de século 21. Conseguimos articular diferentes partidos e referências políticas, de forma dialógica, democrática e aberta, para levar a Bahia a um novo patamar das relações políticas e de crescimento e geração de empregos. Manteremos essa coligação cada vez mais forte, com os interesses de intensificar a inclusão social, radicalizar a democracia, ampliar os canais de participação social e impulsionar o crescimento econômico com sustentabilidade social e ambiental.

DESENVOLVIMENTO DA BAHIA: ESFORÇOS E REALIZAÇÕES RECENTES

Nos anos recentes, assistiu-se a dois grandes movimentos: a melhoria nas condições de vida dos nordestinos em geral e seu próprio desenvolvimento. Esses movimentos foram impulsionados pelas políticas implementadas nos governos dos presidentes Lula e Dilma e, na Bahia, as oportunidades foram bem gestadas, gerenciadas e aproveitadas nas gestões dos governadores Jaques Wagner e Rui Costa.

São muitos os autores que trilham diversas linhas de referências quando se fala do Nordeste, sendo a obra de Celso Furtado, mais que nunca, a que coloca em tela a efervescência desses movimentos, posto que desmistificou a ideia de que o Nordeste não se desenvolvia devido às condições climáticas desfavoráveis.

No período recente, as políticas de desenvolvimento regional apontavam para a superação de problemas históricos experimentados pela região nordestina. Trata-se de uma região marcada pela elevada concentração de renda, e que deu lugar a um amplo processo de redução das desigualdades.

Dos 1.794 municípios que compõem o Nordeste, apenas 55 deles detêm 60% do PIB regional, ou seja, 3,1% dos municípios concentram 60% do PIB. Ressalte-se que o esforço em redistribuir regionalmente os recursos, para melhorar a vida das pessoas, resultou em um ambiente de elevada

geração de emprego e renda e redução das desigualdades, mudando a configuração da região perante o resto do o país.

A Bahia ocupa uma área de 567.692,669 km², sendo pouco maior que a França. É o quinto estado do país em extensão territorial e equivale a 36,3% da área total do Nordeste brasileiro e 6,64% do território nacional. São 417 municípios, com uma população em torno de 15,4 milhões de habitantes (IBGE, 2017), podendo chegar a 15,9 milhões de habitantes em 2030, distribuídos em 27 territórios de identidade (estimativas da SEI).

A persistente queda da fecundidade tem provocado uma mudança significativa no perfil etário da população do estado. Nas duas últimas décadas, a proporção da população de 0 a 14 anos diminuiu de 39,7% em 1991, para 25,6% em 2010. Os grupos etários de 15 a 59 anos e 60 anos ou mais ampliaram suas participações de 53,4% para 64,0% e de 6,9% para 10,3%, respectivamente. Para os próximos anos, a tendência é que se intensifique o crescimento da população com 60 anos ou mais.

Apesar de ser a maior economia da Região Nordeste e a sétima economia do Brasil, a Bahia convive com problemas estruturais seculares. Ademais, o estado da Bahia possui apenas três cidades médias e 17 cidades com população acima de 100 mil habitantes. Essa carência de cidades de médio e grande porte acaba por dificultar a instauração de polos de desenvolvimento e na formação de mercado consumidor, não obstante esses fenômenos conjugados contribuam para obstruir em certa medida a entrada de investimentos de larga escala.

Apesar disto, na esteira desse desenvolvimento, a Bahia se destaca. O PIB per capita, a preços correntes, que em 2006 era de R\$ 6.834,90 mais que dobra em 2015 e atinge R\$ 16.115,89. Tal crescimento é fruto de uma opção de política pública que privilegia a socioeconomia, buscando o equilíbrio entre o econômico e o social e, como elemento impulsionador do desenvolvimento do estado, através de uma gestão moderna e eficiente.

BAHIA: POLÍTICAS PÚBLICAS NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 2007 E 2017

A promoção do desenvolvimento em 'regiões atrasadas' é um processo de prazo longo. Implica em transformações sociais que não ocorrem da noite para o dia. Essas transformações dependem de uma cultura individual e coletiva do povo, da sociedade, da mobilização consciente e deliberada para transformar as estruturas envelhecidas e viciadas em novas, democráticas e pautadas pela justiça social e equidade, tornando o Estado mais apto para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo. Enganam-se aqueles que cobram respostas rápidas, inclusive pela via política. Veja-se o caso da China, quanto tempo demorou até se consolidar como nação soberana e próspera. São muitas as variáveis que interferem na adoção e implementação de políticas para promover um processo de desenvolvimento. Muitas são imprevisíveis e fogem a qualquer controle dos governos locais, principalmente as oriundas de decisões do grande capital internacional e dos países capitalistas centrais. São limitações que devem ser enfrentadas, mas que não justifica, sob qualquer hipótese, o abandono dos objetivos de melhoria das condições de vida da população e da construção da cidadania. É assim que a Bahia se move.

Por outro lado, a implementação de muitas políticas oscila ao longo do tempo, por vários fatores, obrigando o governo a ajustar seus programas e projetos em determinados períodos. A falta de compreensão do caráter dinâmico das políticas de desenvolvimento leva alguns analistas a simplificarem a análise das políticas públicas, com indicadores quantitativos e mensuração aritmética de atendimento de metas em períodos curtos, sem levar em conta os pressupostos e premissas que fundamentaram um determinado plano de desenvolvimento, elementos básicos para compreender o modelo de desenvolvimento que se pretende implantar e seus compromissos com a sociedade para o futuro.

A política de desenvolvimento e suas estratégias se expressam através de instrumentos de planejamento. O principal e o mais importante são os planos de desenvolvimento que, infelizmente, o país não dispõe. Mas a Bahia tem se pautado em Planos Plurianuais Participativos, utilizando a construção de cenários de longo prazo. Desde a década de 80, predominam no país os planos de estabilização econômica, com uma única exceção: o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), instituído no governo Lula em 2007, quando se recuperou a capacidade de investimento do Estado em programas e projetos sociais e de infraestrutura e logística.

As políticas e estratégias propostas materializam-se em Planos Plurianuais (PPA), e seus objetivos e metas de curto prazo com a indicação dos projetos e ações são implantadas anualmente. A Bahia, de forma coerente, legítima e válida propõe com a sociedade. Diferentemente do que sempre ocorreu, aplica-se um planejamento democrático e participativo para garantir segurança social e corrigir as disparidades de renda, que levam facilmente a tensões sociais nas relações entre o capital e o trabalho. O que justifica o fortalecimento da participação social na apresentação de propostas e na destinação dos recursos públicos.

Na Bahia, não obstante a inexistência de planos nacionais de desenvolvimento, a partir da gestão de Jaques Wagner registram-se esforços em elaborar planos de desenvolvimento de médio e longo prazo. Antes, imperava o caráter imediatista das propostas no intento de resolver no curto prazo problemas seculares, através de abundantes ações mesmo diante de poucos recursos financeiros para realizá-las. Essa preocupação em planejar a longo prazo, para além do PPA, norteou também a gestão do governo Rui Costa.

A partir de 2007, há um redirecionamento das políticas públicas como resposta à falta de planejamento das ações de governo. Com a publicação, em 2008, do trabalho Resgatando o Planejamento Estratégico da Bahia: 2008 -2028 - Um futuro para todos nós, busca-se resgatar o papel do Estado como articulador e facilitador de um processo de construção de um projeto de desenvolvimento sustentável para garantir a melhoria da qualidade de vida da população, com a aplicação de políticas capazes de gerar emprego, riqueza e renda bem distribuída na nova sociedade. Ou seja, o que muda nas políticas públicas da Bahia, com esse trabalho, é o convencimento dos planejadores, gestores e governantes, de que qualquer processo de transformação exige a presença do Estado e é lento e de longo prazo. Introduce-se como premissa a noção do desenvolvimento como processo transformador de uma sociedade. Passa a reconhecer que, para se desenvolver uma região, estado ou país, devemos primeiro transformar o indivíduo em cidadão oferecendo oportunidades iguais para todos.

As políticas públicas a partir de 2007 passam a ser definidas com novas bases territoriais, sociais e políticas. O plano introduz uma nova regionalização do estado, agora dividido em 27 Territórios de Identidade, demarcados a partir da relação de pertencimento de seu povo, bastante discutido com os movimentos sociais e populares, especialmente aqueles vinculados às atividades rurais que acabarão norteando a territorialização das políticas governamentais.

O PPA 2008 a 2011 define dois eixos de desenvolvimento: 1) desenvolvimento social com equidade, com ênfase em educação, saúde e segurança 2) crescimento econômico sustentável com geração de emprego e distribuição de renda. Os PPA que se seguiram – 2012 a 2015 e 2016 a 2019 (em vigor) reforçam esse entendimento e ampliam a participação social na elaboração e implementação. Os movimentos sociais são chamados a participar com maior intensidade, representados em conselhos, comitês e fóruns, criados nas mais diversas esferas da atividade humana, contribuindo para conhecer novas percepções sobre a realidade baiana, suas demandas e potencialidades. Esse processo participativo reforça a democracia, legitima o processo de planejamento, facilita a definição de prioridades e a alocação de recursos.

Mais recentemente, o PPA 2016-2019 consolida-se como instrumento de planejamento e passa a ser reconhecido como um documento técnico e político, configurando-se como o principal instrumento da gestão estratégica do Estado.

As ações propostas no PPA vão ao encontro de políticas de continuidade e de persistência, para diminuir as injustiças sociais existentes. Com isso, nos últimos anos, a Bahia obteve consideráveis avanços na redução da pobreza e da pobreza extrema. Segundo cálculos da SEI com base na PNAD (2013), de 2007 a 2013, a população baiana em situação de pobreza reduziu 32% e o contingente em situação de extrema pobreza reduziu 50%, significando que 2,5 milhões de baianos, ou 17% da população total, registraram melhoria na qualidade de vida.

Esse resultado teve apoio em diversas ações que priorizaram a transferência de renda através de programas sociais, a exemplo do Programa Federal Bolsa Família, elevação de renda gerada nos postos de trabalho, o investimento em projetos de infraestrutura e construção civil e o fortalecimento de empreendimentos privados de pequeno e médio porte, e valorização da agenda da agricultura familiar e economia solidária.

Continuar e avançar, para vencer os desafios do desenvolvimento, são palavras-chave do planejamento estatal baiano. O redirecionamento das políticas públicas e as transformações que ocorreram precisam ter continuidade, alcançando o desenvolvimento econômico e social do estado.

MUNDO DO TRABALHO E SUA COMPLEXIDADE

Depois de um longo período de convivência com taxas de desemprego elevadas, a expansão do mercado doméstico, entre 2007 a 2010, desempenhou um papel crucial para o crescimento do emprego ao longo desse período, quando o saldo de emprego sempre foi positivo, excetuando os anos de 2015 e 2016, auge da crise nacional, quando são destruídos mais de 150 mil empregos. Se a criação do mercado de consumo foi um dos principais determinantes do crescimento econômico no país e na Bahia, os investimentos, principalmente em infraestrutura, também foram fator relevante. Em 2007, o governo federal lançou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que trouxe para a Bahia um volume expressivo de investimentos em infraestrutura que chegaram a representar quase 20% do PIB do estado.

O Programa Minha Casa, Minha Vida tem especial importância para o estado porque, além de diminuir o crônico déficit habitacional, foi implantado em todas as regiões, gerando emprego e renda em centenas de municípios do interior, na construção civil. A crise financeira atual comprometeu a continuidade desses investimentos com recursos federais, obrigando o estado a sustentá-los com recursos próprios.

Por outro lado, o expressivo ciclo de inversões em energia e infraestrutura, pela existência de grandes projetos com retornos de longo prazo, também refletiu com a crise. Mas o estado mantém a estratégia de sustentar parcela expressiva desses investimentos planejados para a economia, em diversos setores, com recursos privados através de PPP's e concessões.

O esforço para a conclusão destes projetos é fundamental para induzir maiores investimentos na economia baiana. Na RMS, por exemplo, com a implantação do Metrô e a construção das vias Vermelha (29 de Março) e Azul (Av. Gal Costa), novas oportunidades para a construção civil, em habitação e comércio, foram criadas.

Semelhante perspectiva espera-se com a implantação do SVO (Sistema Viário Oeste) e da Fiol (Ferrovia Oeste Leste), que permitirão a incorporação de novas zonas econômicas na base produtiva do estado. Cabe destacar a presença de grandes projetos com horizonte de longo prazo na lista de investimentos. Entre estes, há as inversões no setor de energia, mineração, ferrovias,

infraestrutura logística e outros, que são analisados em outra parte deste documento. Esse tópico acerca do mundo do trabalho está cravado neste texto, dada a crença do candidato Rui Costa e de todo o grupo do projeto político acreditarem que o grande desafio do Brasil e da Bahia para esta próxima gestão de governo será a empregabilidade. Por isso, evidará todo o esforço possível e necessário para superar os desafios postos que envolvam esse tema.

PRIORIDADE NO SER HUMANO E SUA RELAÇÃO CONTEXTUALIZADA

Não obstante as políticas públicas do estado, em infraestrutura, induzam novos investimentos, o governo centra sua prioridade no ser humano. “As diretrizes que regem a condução da Bahia têm foco nas pessoas. Política social para construir uma agenda de superação e consolidar a rota do desenvolvimento. Avançar no combate à pobreza, no acesso à educação, na regionalização da saúde, no enfrentamento à violência além da promoção da igualdade racial e autonomia das mulheres” (Revista Terra Mãe, Ano Três, 2017).

Assim, as políticas públicas da Bahia, implantadas no período entre 2007-2017, confirmam que na agenda de governo elas são estratégicas para reverter os níveis de pobreza que, há tempos, assolam a população baiana. Finalmente, compreende-se que o Estado não pode se inibir como garantidor de direitos do cidadão, sob a pena de aumento das vulnerabilidades sociais e do aumento da insegurança e instabilidade do processo de desenvolvimento. A correção das desigualdades sociais e a democratização das oportunidades mediante políticas sociais são fatores positivos para melhorar o perfil de distribuição de renda e de uma melhoria das condições de vida da população. Dentro desses marcos conceituais, são exemplos de políticas sociais a regionalização dos serviços de saúde, com implantação de hospitais no interior do estado e das policlínicas regionais, que beneficiam diretamente milhões de baianos. O Hospital da Mulher, projeto inovador localizado em Salvador, já realizou mais de 60 mil consultas, seis mil cirurgias e ultrapassou 200 mil exames, desde a inauguração, em janeiro de 2017.

Da mesma maneira, inserem-se as ações na educação pública, com programas como Mais Futuro, Partiu Estágio e Primeiro Emprego, onde são oferecidas oportunidades para os estudantes em continuar estudando e se inserir produtivamente no mercado de trabalho. Outros projetos como o da expansão da rede de educação profissionalizante; fortalecimento da agricultura familiar e da economia solidária. Destacamos que a educação ocupa posição especial entre as políticas sociais, por desempenhar papel fundamental no desenvolvimento econômico, recorrentemente apontado neste documento, e por estar diretamente relacionada com as desigualdades de renda e de condições de vida.

O enfrentamento à violência e promoção da autonomia das mulheres, com os projetos Respeita as Mina, Marisqueiras com Orgulho e Quilombolas para Sempre, consolidam direitos nem sempre reconhecidos na sociedade e exigiram uma ação firme do Estado. Fazem parte desse conjunto de políticas públicas de reconhecimento e afirmação de direitos a articulação e gestão de políticas afirmativas da população negra. São políticas que se materializam em projetos de construção de habitações em quilombos, implantação de sistemas de abastecimento de água e apoio a projetos produtivos, complementados com iniciativas criativas como as Caravanas da Igualdade, que ampliam as políticas de promoção da igualdade racial no estado.

Essas e outras políticas afirmativas, adotadas pelo Estado da Bahia, garantem a efetiva inclusão social de cada indivíduo, conferindo a toda e qualquer pessoa ampla oportunidade para o desenvolvimento próprio, familiar e coletivo, segundo uma ordem jurídica social.

Os direitos sociais, por sua vez, pretendem garantir a participação dos cidadãos na riqueza socialmente produzida. São constituídos pelo direito à educação, saúde, previdência, trabalho e dependem de uma ação efetiva – exigem um fazer – por parte da administração pública. Os direitos sociais permitem às sociedades politicamente organizadas reduzir os excessos de desigualdades

produzidos pelo capitalismo e garantir um mínimo de bem-estar para todos. A ideia central em que se baseiam é a da justiça social.

O resultado das políticas públicas implantadas na Bahia entre 2007 a 2017 permite afirmar que o estado inaugurou um novo jeito de fazer política, traduzido num novo relacionamento entre o Estado e a sociedade na formulação de políticas pública. Trata-se da construção de uma moderna administração pública, em que o cidadão não é apenas um pagador de impostos e consumidor de bens públicos, mas como um corresponsável pelo plano e ações do governo.

Por fim, cabe lembrar que o objetivo principal da política pública é alcançar o bem comum, melhorando a vida das pessoas gradativamente, nos três níveis focalizados (para grupos específicos), distributivamente (para garantir a equidade) e estruturalmente (com políticas de médio e longo prazo, que garantam sustentação as políticas públicas). A política pública se expressa pela visão de sociedade que temos e do papel do Estado que reconhecemos em relação à sociedade. Promovem as transformações necessárias, solucionam problemas setoriais ou temáticos identificados e constituem respostas a algum aspecto da vida social onde a presença do Estado é necessária.

Assim, oferece respostas institucionais e abre espaço para solucionar os graves problemas de atraso, desigualdade, injustiça social e pobreza que está presente na história da Bahia, sob diferentes formas e intensidades. Essas políticas estão assentadas na Bahia, desde 2007, nas diferentes formas de mobilização de indivíduos, movimentos sociais, instituições privadas, governo e sociedade civil, na tentativa de afastar a reprodução das exclusões e das desigualdades por práticas e atitudes de indivíduos e/ou de grupos que tentam neutralizar os avanços conquistados, e colocando seus interesses acima dos interesses dos baianos e da melhoria das condições de vida do conjunto da sociedade.

Desenvolver um estado como a Bahia exige um intenso e prolongado trabalho coletivo, que seguramente será recompensado com a melhoria das condições de vida da sociedade, principalmente dos excluídos e dos mais pobres.

PENSANDO NO FUTURO, FAZER MAIS E MELHOR PELA BAHIA, POR TODOS OS BAIANOS E BAIANAS

A Bahia segue descolada do atual plano nacional e apresenta alto comprometimento com o desenvolvimento nacional e da Bahia. Tem caminhado no sentido de preparar as novas gerações para enfrentar com soluções inovadoras os novos desafios que se apresentam, seja na educação, na saúde, na segurança e na infraestrutura. Seguirá em frente na garantia dos direitos do cidadão e na melhoria de vida das famílias, garantindo uma educação emancipatória, uso sustentável dos recursos produtivos, segurança hídrica e desenvolvimento do mundo rural, bem como maior equilíbrio entre as cidades, com geração de emprego e renda. Para isso, tem ampliado o diálogo social e modernizado a gestão do Estado.

Para os próximos anos, o desafio maior é que os jovens baianos possam estar qualificados para usar as novas tecnologias e participar ativamente do mercado de trabalho, seja na agricultura, no turismo, na indústria, nos serviços, na gestão pública e em outros segmentos da economia baiana. Assim, o nosso compromisso é que o Governo da Bahia seguirá com sua opção consciente para coordenar as ações entre sociedade, mercado e Estado. Seguirá investindo na preparação de professores, profissionais de saúde, de ciências agrárias, de transportes, de administração, gestores da indústria, da mineração, da agricultura, dos serviços, dentre tantos outros, para que eles, por sua vez, possam formar os jovens nesse ambiente tecnológico de rápida transformação.

A estratégia política de ampliar a participação social nos espaços, incluindo políticas públicas de desenvolvimento, tem mostrado resultados significativos nos diversos aspectos econômicos, políticos e sociais, ampliando ainda mais a cultura participativa, espraiando em todos os públicos

a concepção de que ‘participar’ ultrapassa o ‘dia do voto’. A sociedade tem atuado fortemente para que o Estado possa qualificar as políticas públicas, contribuindo de sobremaneira que os problemas sociais sejam gradativamente resolvidos, melhorando a vida de mais baianos.

Democratização do Estado, das políticas públicas e desenvolvimento com equidade: um novo ciclo de políticas públicas para fazer a Bahia mais forte, mais feliz: reduzir a pobreza, erradicar a fome e ampliar a capacidade de investimentos

EIXO 1:

DESENVOLVIMENTO COM IGUALDADE, EQUIDADE E JUSTIÇA SOCIAL. POR UMA BAHIA MAIS FELIZ!

De maneira geral os governantes brasileiros consolidaram, ao longo dos anos, uma estratégia de desenvolvimento que consideram o social como uma parte anexa ao desenvolvimento econômico. Todas as estratégias e programas de desenvolvimento passavam, até 2003, por uma queda de braço irressolúvel entre o mundo do trabalho, a sociedade e suas organizações e os direitos constitucionais de um lado, e, de outro, a economia. As populações para os governos, até então, pareciam máquinas ou objetos frios.

A mudança de paradigma empreendida pelos governos Lula e Dilma, no Brasil, e na Bahia, a partir de 2007, por Wagner e Rui Costa, demonstraram que o desenvolvimento social não é parte a ser incorporada pelo processo mais amplo de desenvolvimento societário. É, antes, uma única e assertiva tarefa de ver e enxergar as pessoas e suas populações, as terras e suas ocupações, os territórios e suas dinâmicas, os conflitos e seus consensos. Numa só expressão: perceber que qualquer desenvolvimento econômico inexistente se não for para e com o desenvolvimento da sociedade, ampliando seus direitos e assegurando novas conquistas. Essa é a expressão de nosso eixo estratégico programático.

Ao longo dos governos Lula e Dilma, o projeto político democrático participativo no plano nacional reconheceu e ampliou os direitos sociais, garantindo a inserção socioeconômica de populações, antes à margem das políticas públicas. Os diversos programas sociais empreendidos e mundialmente reconhecidos viabilizaram essa inserção, sem que isso significasse supremacia econômica sobre o direito de viver de forma digna e justa.

Na Bahia, essa transformação começou em 2007, com o então governador Jaques Wagner, teve continuidade em seu segundo mandato e no primeiro mandato do governador Rui Costa. Educação, saúde, assistência social e segurança pública tornaram-se temas debatidos em todos os espaços e instituições participativas, contribuindo para a formação de um público participativo atuante, fiscalizador e propositivo.

A Educação é o principal meio de acesso à cultura, às ciências, às artes, à reflexão filosófica e à tecnologia. A garantia de educação de qualidade e democrática para todos, é basilar para o exercício da liberdade, para o fortalecimento da democracia. Assim, é importante a garantia do acesso como uma das condições fundamentais para mudança das relações sociais, para a superação da discriminação etnicorracial e de gênero, para o desenvolvimento econômico sustentável, para a distribuição de renda e a proteção dos recursos naturais, visando assegurar o direito à existência das gerações futuras sem comprometer suas necessidades fundamentais, prospectando novos padrões de sociabilidade.

O Brasil caminhou nessa direção nos 13 anos dos governos Lula e Dilma, quando adotadas medidas

estruturais e fortalecidas as políticas educacionais para crianças, adolescentes, jovens e adultos do campo e da cidade, para povos e comunidades, para todos os níveis e modalidades de ensino, em diálogo com a sociedade.

Em 2016, com o impeachment de Dilma Rousseff, interrompeu-se esse processo de desenvolvimento educacional e das políticas de Estado que o Brasil vinha concretizando. O governo Michel Temer, dois anos depois, evidencia um projeto ultraliberal, autoritário, com graves prejuízos, retrocessos e ameaças às garantias e direitos fundamentais dos cidadãos brasileiros.

Na Bahia, nos últimos 12 anos, os governos de Jaques Wagner e de Rui Costa promoveram significativos avanços na área da Educação. Merecem destaque: o esforço na implementação de iniciativas que reduziram a distorção idade-série no Ensino Médio, de 69,4% em 2006, para 46% em 2016; melhoria da taxa de atendimento (que subiu 5 pontos percentuais entre 2013 e 2016, alcançando 87,7%) e da taxa de escolarização líquida do Ensino Médio (EM), que subiu de 33,1% em 2007, para 53,4% em 2016; a ampliação da taxa de atendimento no ensino fundamental para 99,2% em 2016; a elevação da taxa de alfabetização de pessoas acima de 15 anos que chegou no patamar de 87% em 2016; o gradativo atendimento escolar para a população indígena (de 1.469 matrículas em 2006, para 7.322 matrículas em 2017) e quilombola (de 6.058 matrículas em 2006, para 19.968 matrículas em 2017); aumento significativo do número de matrículas da Educação Profissional, de 16.945 em 2007, para 75.214 em 2017, associado à diversificação da oferta, alcançando o lugar de quarta maior rede de Educação Profissional do país; estabelecimento de eleição para os gestores nas escolas estaduais, envolvendo a comunidade escolar com vistas à democratização da gestão; implementação do Regime de Colaboração com os Municípios fortalecendo, assim, as redes municipais e o amplo processo participativo na elaboração do Plano Estadual de Educação – PEE, vigente desde 2016.

Na Educação Superior, esses governos ampliaram progressivamente o financiamento das universidades estaduais, oportunizaram a interiorização do Ensino Superior no Estado e promoveram ações de assistência estudantil nas universidades estaduais, voltadas para garantir a permanência dos estudantes em condições de vulnerabilidade socioeconômica. As 40 mil matrículas em cursos de graduação no interior e as 4,2 mil matrículas nos programas de mestrado e doutorado em toda a Bahia, sinalizam as contribuições das Instituições Estaduais de Ensino Superior (IEES), para formação de quadros de profissionais nas diversas áreas demandadas para o atendimento da sociedade e o desenvolvimento do estado.

No quadriênio de 2019 a 2022, norteado, entre outros, pelos Planos Nacional e Estadual de Educação e pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável do Milênio da Organização das Nações Unidas, Rui Costa implementará programas e projetos que consolidem o acesso à escola, a permanência e o direito à aprendizagem dos estudantes, e propicie a formação integral do estudante, preparando-o para a vida em sociedade e para a autonomia política, como orientado por Anísio Teixeira e Paulo Freire. Nesta perspectiva, a escola será, cada vez mais, o ambiente motivador de processos educacionais solidários, promotor de uma cultura de paz e combate aos preconceitos raciais, de gênero e de orientação sexual.

Aprimorando estas perspectivas, e buscando cumprir demandas propostas pelo PGP 2018, um próximo governo com Rui Costa terá, como norte das ações, a formação integral do estudante, com processo formativo referenciado nas múltiplas dimensões para o seu desenvolvimento. Esta perspectiva visa à formação de estudantes cidadãos, inseridos socialmente, abertos para os avanços do mundo contemporâneo e capazes de auto gerenciar suas trajetórias pessoais e profissionais, por meio do acesso a ofertas educacionais diferenciadas, contextualizadas, inclusivas, socioemocionais, diversificadas, incluindo, entre estas, ofertas de educação em tempo integral, todas atentas às especificidades dos estudantes, do campo e da cidade, povos e comunidades tradicionais, povos itinerantes e em cumprimento de medidas socioeducativas entre outros.

Na assistência social, as conquistas dos governos do PT e seus aliados, a extrema pobreza foi reduzida de 11,6% para 6,4% em todo o estado. Saíram dessa faixa de renda 691 mil baianos, o que colocou a Bahia em destaque como o estado que mais reduziu o nível de pobreza entre os estados brasileiros. No que tange ao SUAS, há uma presença marcante nos 417 municípios baianos. O governo estadual ampliou a rede de proteção, partindo de 412 unidades de referência da assistência social (2007) para 1.127 (2018). Além disso, alcançou a cobertura de CRAS para 100% do território estadual. Em outras palavras, em toda faixa territorial baiana existe, minimamente, uma equipe composta por um psicólogo, um assistente social, um trabalhador de nível superior afim da área sociassistencial e mais trabalhadores de nível médio para referenciar, atender e acompanhar as famílias e seus indivíduos em situação de vulnerabilidade e/ou risco social.

Foi fortalecido, ainda, o diálogo e as intervenções no campo das violações de direito, com a criação do Programa Bahia Acolhe (em 2012) e a implantação de unidades de Proteção Social Especial, avançando para uma cobertura de 63% do território estadual, em 2018. Vale destacar, ainda, a implantação de 10 Centros para População em situação de Rua, durante o governo Rui Costa, cobrindo 100% da oferta implantada em 2017. Em articulação com a agenda de combate ao feminicídio, a partir de 2017, o governo do estado iniciou o processo de expansão da cobertura de unidades de acolhimento à mulher em situação de violência doméstica, através da ampliação do número de vagas. As 20 vagas inicialmente ofertadas tornaram-se 60, por meio da parceria com os municípios, originando uma oferta regionalizada. Neste processo de regionalização, também ganha ênfase a ampliação de mais 140 vagas para acolhimento de crianças e adolescentes em todo o Estado.

O investimento na política de assistência social, além de refletir a superação e combate a pobreza ao garantir para as famílias a possibilidade material de sobrevivência e acesso a direitos, potencializa a circulação de riquezas nos municípios, dinamizando a economia local. O volume de recursos, aportados para os municípios, para conjunto de ofertas de serviços e benefícios da assistência social, superam repasses do FPM em R\$ 1bilhão/ano.

A partir de 2007, o governo da Bahia colocou as políticas públicas para a juventude em um patamar de avanço em direção à institucionalidade da gestão pública. Com a convocação da Primeira Conferência de Juventude pelo governo Lula, uma comissão articuladora foi convocada para construção da Conferência Estadual de Juventude, que resultou com a criação do Conselho Estadual de Juventude (CEJUVE) e a criação de uma Coordenação de Políticas para a Juventude (COJUVE) de caráter articulador no âmbito da Secretaria de Relações Institucionais (SERIN) durante o Governo Jaques Wagner. Isso aponta investimento em Programas e Projetos que garantam a construção de emancipação e protagonismo juvenil.

Nessa linha, o governo estadual, a exemplo do Projovem do governo federal, cria o Programa Trilha, de formação e qualificação profissional. Entre os anos de 2007 a 2013, o Programa Trilha atendeu 69.120 jovens em 202 municípios com um investimento de mais R\$ 45,9 milhões, com execução realizada por seis diferentes secretarias do Governo.

Foram realizadas ações importantes alcançando pessoas com deficiência e seus familiares em todos os municípios do Estado. Além disso, buscou-se construir, ao longo dos anos, uma cultura de respeito e inclusão realizando capacitações, palestras e seminários sobre direitos das pessoas com deficiência para diversos segmentos sociais e também, ações que fomentaram e garantiram acessibilidade em diversos locais na capital e nos municípios da Bahia; bem como articulando a criação do programa Passe Livre Intermunicipal e assumindo a sua gestão; implantou ainda a Central de Interpretação de Libras – CILBA que atua na defesa dos direitos das pessoas surdas e com deficiência visual, dentre outras ações.

Os avanços, das questões raciais no Brasil e na Bahia, ocorridos nos últimos dez anos, são evidentes. Pode-se atribuir esses avanços, aos governos do PT e partidos aliados, que durante este período, promoveu mudanças estruturais que abrangeram, entre outras, avanços na renda familiar, rendimento médio do trabalho assalariado, aumento nos vínculos trabalhistas, redução da taxa de analfabetismo, acesso à energia elétrica, esgoto, água encanada, regularização fundiária, onde a Bahia, fiel aliada de todo o processo, promoveu, também, as mudanças estruturais necessárias à deflagração de um processo de desenvolvimento. Sendo assim, o Governo Rui Costa, que vem cumprindo um papel fundamental na implementação de um modelo de desenvolvimento com equidade, no Estado da Bahia, terá o desafio de, nos próximos anos, assumir o compromisso de promover avanços em questões que fazem parte de demandas históricas da população negra e que, ainda, não foram efetivadas.

Na busca da estruturação de uma Rede de Atenção Integral, o Governo do Estado ampliou o acesso aos serviços de diálise, serviços de tratamento do câncer, além de seu rastreamento e diagnóstico. Nestes dois últimos aspectos, a estratégia de realização de exames e procedimentos do Saúde sem Fronteiras levou o estado da Bahia, nos últimos dois anos, à condição de primeiro lugar em rastreamento do Câncer de Mama do Brasil.

Seguimos também com a descentralização dos serviços, construindo novas estruturas hospitalares (Instituto Couto Maia, Hospital da Mulher, Hospital Ernesto Simões, Hospital da Chapada, Hospital da Costa do Cacau, HGE 2) além de ampliação de serviços. Como resultado, conseguimos aumentar em quase 2 mil leitos SUS da Rede Própria Estadual. Foram mais de 100% de ampliação em leitos de UTI Pediátrica e Neonatal.

Indo ao encontro das necessidades da população, Rui Costa estruturou uma das ações mais exitosas para redução das filas, o Mutirão de Cirurgias, constituindo-se como uma estratégia resolutiva, pois busca suprir a rede de hospitais de médio e pequeno porte, realizando exames, cirurgia e cuidados pós-operatório em um curto espaço de tempo, de forma regionalizada.

Com todos estes investimentos, a Bahia conseguiu sedimentar a Atenção Básica, desconcentrar a Rede Hospitalar na direção do interior, consolidar o seu parque de diagnóstico por imagem com a Parceria Público Privada de Imagem, tornando-se autossuficiente em tomografia, mamografia e ressonância magnética. Na assistência farmacêutica, a Bahiafarma estabeleceu-se como a indústria de referência na produção de testes rápidos e insulina para o SUS. Na saúde mental conseguiu-se colocar em prática a Lei Antimanicomial, reduzindo leitos psiquiátricos, ampliando Centros de Apoio Psicossocial (CAPS) e inaugurando leitos de saúde mental em Hospitais Gerais.

Contudo, a maior dos avanços são as Policlínicas Regionais de Saúde que possibilitaram suprir uma lacuna que existia entre a Atenção Básica, os serviços de apoio diagnóstico e os atendimentos ambulatoriais especializados. Com esta estratégia, conseguiu-se oferecer estruturas modernas e humanizadas à população, tornar a atenção básica a referência para o cuidado e encaminhamento, além de exigir uma maior resolutividade. Não bastasse isso, garantiu-se o transporte seguro do usuário, por meio de micro-ônibus da própria policlínica.

Quanto aos desafios estruturais, existe a necessidade de organização da Rede Hospitalar para que se consiga garantir o transporte sanitário e leitos, tendo a regulação como mediadora e não como estrutura finalística. Para tanto, é necessário estabelecer suficiência de leitos adequados ao perfil da necessidade populacional em um dado território.

Este Programa de Governo, na área da Saúde, tem como princípios: desconcentração da rede assistencial, com cuidados ascendentes; regionalização da saúde, no sentido de tornar regiões autossuficientes; educação permanente, como parte do investimento nas pessoas, considerando estas as mais importantes para a realização da assistência e gestão com qualidade; participação

popular, para garantir que tudo o que foi conquistado não se perca, ao considerarmos que o controle social é o fiel curador do Sistema Único de Saúde; fortalecimento da capacidade executiva e gestora dos municípios; incorporação tecnológica como meio para melhorar a comunicação, ampliação da resolutividade assistencial e de gestão, redução do tempo assistencial, sem prejuízo do cuidado humanizado.

Em segurança pública, apesar das dificuldades e entraves enfrentados nos últimos anos, mesmo com um grande número de variáveis negativas e problemas estruturais existentes, a exemplo das crises econômicas e do crescimento urbano desordenado, o setor vem sendo marcado pelo aprimoramento e melhoria da gestão e da infraestrutura das polícias, fruto de um trabalho árduo e contínuo, voltado para a recomposição dos efetivos, valorização dos profissionais e para conferir maior eficiência da na atividade policial.

Os estados da confederação têm, sim, responsabilidades. Mas vale destacar que o tema da segurança pública gira numa órbita de co-responsabilidade muito efetiva com a agenda nacional. Muitos dos números e questões fogem do raio da capacidade do estado, muito embora destaquemos um intenso esforço do estado da Bahia para enfrentar o referido assunto e, dentre as principais realizações da área de segurança pública, podem ser destacados:

ESCRITÓRIOS DE PROJETOS

Os Escritórios de Projetos e Processos, criados no âmbito da Segurança Pública em 2015, foram consolidados como unidades de gestão estratégica e responsáveis pelo aprimoramento da gestão na segurança pública. A nova estrutura de governança funciona por meio do Comitê de Gestão Estratégica e do Comitê Integrado para Gestão de Projetos e Processos Estratégicos, lastreados num sistema permanente de monitoramento e avaliação do desempenho institucional.

PRÊMIO POR DESEMPENHO POLICIAL (PDP)

O PDP foi instituído pela Lei nº 12.371/2011, sendo criado com o objetivo de valorizar os servidores policiais das unidades que mais contribuíram para a redução dos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), nas suas respectivas Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP).

Em 2015, a lei foi alterada modificando a periodicidade do pagamento do Prêmio que passou a ser semestral. As metas das AISP e RISP foram desvinculadas da meta do Estado, permitindo o reconhecimento e consequente pagamento às unidades que atingem suas metas, ainda que o Estado não alcance a meta global prevista no período. Em função dos bons resultados obtidos em 2015 e nos dois semestres de 2016, foram pagos R\$ 25,4 milhões, destinados a 22,6 mil servidores. Em 2017, um aprimoramento no sistema de reconhecimento do desempenho das unidades especializadas, premiando o esforço das unidades operacionais que atuem nas AISP ou RISP e alcancem mínimo de 20% (vinte por cento) da meta, na faixa PDP-3.

Entre 2015 e 2018, foram investidos no pagamento do Prêmio R\$ 111,1 milhões distribuídos a 87 mil servidores, sempre em reconhecimento aos resultados obtidos por suas unidades, nas AISP e RISP do Estado da Bahia, na redução dos índices de CVLI. As reduções dos crimes violentos letais intencionais em 2015 e 2017 corresponderam, respectivamente, a -1,1 e - 5,3.

INAUGURAÇÃO DO CENTRO DE OPERAÇÕES E INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA 2 DE JULHO (COI)

O Centro de Operações e Inteligência de Segurança Pública 2 de Julho, inaugurado em julho de 2016, é considerado o maior centro de operações policiais da América do Sul, sendo responsável por monitorar e coordenar as ações integradas de combate à criminalidade em toda a Bahia. Sua construção representou um investimento de R\$ 260,0 milhões e conta com a participação integrada de todas as forças de segurança do Estado, agregando também órgãos federais e municipais.

PROJETO CICOM - CENTRO INTEGRADO DE COMUNICAÇÃO

Os Centros Integrados de Comunicação (CICOM) são responsáveis pela integração e atendimento dos serviços de urgência e emergência de uma região (190 Polícia Militar, 193 Bombeiros e 197 Polícia Civil), realizando o despacho para atendimento de campo através de comunicação com as viaturas geograficamente distribuídas, além de realizar o videomonitoramento das localidades, através de câmeras locais e remotas.

O Projeto CICOM implantou 22 unidades, beneficiando 9,6 milhões de pessoas, em 388 municípios do Estado da Bahia, representando um investimento da ordem de R\$ 28,4 milhões.

PROJETO DISTRITOS INTEGRADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA (DISEP)

O Projeto DISEP tem por objetivo a construção de 32 novas unidades, distribuídas entre Distritos Integrados de Segurança Pública, sedes do Departamento de Polícia Técnica e Delegacias Territoriais em áreas prioritárias na Capital e no interior.

Entre 2015 a 2018, a Segurança Pública foi beneficiária com a entrega de 31 unidades do Projeto Distritos Integrados de Segurança Pública (DISEP), construídas nos municípios de Alagoinhas (2), Amargosa, Andaraí, Barra, Barreiras, Bom Jesus da Lapa, Bonito, Buritirama, Camaçari, Capim Grosso, Casa Nova, Iguaí, Itaberaba, Itapé, Itamaraju, Itapetinga, Jequié, Juazeiro, Luis Eduardo Magalhães, Maragogipe, Marau, Mata de São João, Paulo Afonso, Porto Seguro, Salinas das Margaridas, Salvador (Cajazeiras), Serrinha, Teixeira de Freitas, Uruçuca e Vera Cruz. Um investimento da ordem de R\$ 95,0 milhões.

BASES COMUNITÁRIAS DE SEGURANÇA (BCS)

As Bases Comunitárias de Segurança (BCS) são pontos de gerenciamento da operacionalidade policial com o objetivo de conferir segurança às comunidades. Focando na prevenção, no seu entorno são realizadas diversas ações direcionadas à comunidade, são importantes equipamentos de policiamento comunitário com o objetivo de promover a convivência pacífica em localidades identificadas como críticas, melhorando a integração das instituições de segurança pública com a comunidade local e reduzindo os índices de violência e criminalidade.

Inaugurada em 2017, a Base Comunitária de Segurança - BCS do bairro de Narandiba, em Salvador, passou a integrar o projeto que totaliza 18 unidades de segurança em todo Estado. Todas atuam em articulação com a comunidade e com ações transformadoras, sendo 11 unidades em Salvador, 2 na Região Metropolitana de Salvador (RMS) e 5 no interior do Estado.

Os índices de redução de CVLI nas áreas das BCS são significativos, quando comparados ao período anterior à implantação da unidade, merecendo destaque as seguintes: Calabar (-80,0%), Bairro da Paz (-60,0%), Fazenda Coutos (-50,0%), Águas Claras (-31,4%), Itinga (-21,7%) e São Caetano (-19,4%).

As bases comunitárias oferecem dezenas de serviços e projetos sociais, beneficiando milhares de pessoas nas comunidades onde foram implantadas, sendo que, entre 2015 e 2018, cerca de 125,8 mil foram beneficiadas, nas unidades de Salvador, RMS e interior.

EMANCIPAÇÃO E FORTALECIMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DA BAHIA (CBMBA)

Em 2015, foi consolidada a emancipação do Corpo de Bombeiros Militar – CBM da PM, ocorrida por meio da EC nº 20 e da Lei 13.202, de 09 de dezembro de 2014, que deu a independência administrativa e financeira da Corporação.

Ainda em 2015, foi iniciada a execução do Plano de Interiorização dos serviços públicos de extinção de incêndio e salvamento, permitindo que, em 2016, fossem implantadas novas unidades do Corpo de Bombeiros em Barreiras, Cachoeira, Santo Antônio de Jesus e Teixeira de Freitas.

Em 2017, ocorreu a implantação do Subgrupamento de Bombeiros Militares na cidade Luis Eduardo

Magalhães e, em 2018, foi inaugurada a unidade de Vera Cruz/Ilha de Itaparica e a nova sede do 18º GBM, em Teixeira de Freitas.

NOVAS UNIDADES E SERVIÇOS DA POLÍCIA CIVIL E MILITAR

O Departamento de Repressão e Combate ao Crime Organizado (DRACO) foi criado em 2015, com o foco no combate às organizações criminosas, desarticulação de quadrilhas de tráfico, crimes contra a ordem financeira e contra instituições financeiras, possibilitando incrementos significativos na produtividade policial.

Foram entregues 02 novas sedes da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (DEAM), localizadas nos municípios de Alagoinhas e Paulo Afonso.

Criada em 2015, a Ronda Maria da Penha é um serviço da Polícia Militar que atua garantindo a segurança de vítimas de violência que possuem medidas protetivas contra seus agressores nas cidades de Salvador, Juazeiro, Paulo Afonso, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Itabuna, Campo Formoso, Senhor do Bonfim, Lauro de Freitas, Itaparica, Jacobina, Sobradinho e Barreiras, além de dois núcleos em Rio Real e Entre Rios, nestes não existe a sede específica, mas policiais treinados para lidar com a causa. Entre 2015 e 2018, foram atendidas 2,9 mil pessoas, acompanhadas e fiscalizadas 8,5 mil medidas protetivas, e efetuadas 133 prisões.

Em 2015, foi implantado o Batalhão de Operações Especiais (BOPE). Foram investidos cerca de R\$ 10,0 milhões na construção da sede do Batalhão Especializado de Policiamento de Eventos (BEPE), em Salvador, que atua em programações que reúnem grande número de pessoas, principalmente eventos esportivos e festejos populares, e outros R\$ 3,2 milhões na sede do Batalhão de BOPE, em Lauro de Freitas, que visa fazer frente a ocorrências policiais de elevado risco, além da construção da sede da 80ª CIPM, no município de Cândido Sales, que beneficia uma população de cerca de 28,0 mil habitantes.

No ano de 2017, a Polícia Militar ampliou os serviços de segurança através da criação da Companhia de Patrulhamento Tático Móvel (PATAMO), com foco em atuações nas áreas mais sensíveis na capital baiana.

Foram investidos mais de R\$ 24,0 milhões, entre 2015-2018, na construção de Bases Avançadas do Grupamento Aéreo (GRAER), da Polícia Militar.

A Base em Lençóis, na Região da Chapada Diamantina, que beneficiará uma população local com mais de 370 mil habitantes, está em fase de conclusão e a unidade em Barreiras, inaugurada em 2017, dará suporte às operações ostensivas e investigativas, além das ações de resgate e salvamento em toda a Região Oeste.

Entre 2015 e 2017, participaram do Programa Educacional de Resistência às Drogas (Proerd), 211,9 mil crianças e adolescentes, cursando a educação infantil e o ensino fundamental. Somente em 2017 foram beneficiados pelo programa 72,1 mil alunos e pais de alunos de 810 escolas distribuídas na capital, RMS e interior do Estado.

Entre 2015 e 2017, foram realizadas 58,7 mil prisões em flagrante delito e cumpridos 12,5 mil mandados de prisão, representando um incremento, respectivamente, de 18,6% e 94,9%, em relação aos números de 2014. Também em relação ao ano de 2014, as ocorrências contra instituições financeiras apresentaram uma redução de 60,9%.

INVESTIMENTOS PARA FORTALECIMENTO DA PERÍCIA

Intensificado o processo de interiorização da perícia como uma das ações prioritárias da SSP,

fato que propiciou a implantação de laboratórios para análise definitiva de “drogas de abuso” em Feira de Santana, Ilhéus, Irecê, Itabuna, Senhor do Bonfim, Teixeira de Freitas, Vitória da Conquista, Valença, Juazeiro e Barreiras, em 2015. Em 2016, foi inaugurada a unidade de Santo Antônio de Jesus, e, em 2018, entrou em funcionamento o laboratório de Paulo Afonso, totalizando 12 laboratórios.

No período 2015 a 2018, foram adquiridos e modernizados os equipamentos para perícia, a exemplo de análises de DNA, Identificação Civil (scanner biométrico – kitbio, digitalizadores de assinatura) e Criminal, Criminalística (balística forense, analisadores de telefones celulares, análises de drogas, explosivos e fármacos, microscópios biológicos trinoculares, capelas de exaustão, câmeras digitais), totalizando R\$ 57 milhões de investimento.

Merece também destaque a ampliação do Sistema IBIS - Sistema Automatizado de Identificação Balística, representando um investimento de R\$ 3,9 milhões, além da entrega de 5 veículos utilitários para perícias externas na capital e 26 veículos monovolumes para o interior do Estado, adquiridos através de Convênio junto à SENASP/MJ.

INVESTIMENTOS EM PESSOAL (2015 - 2018)

Entre 2015 e 2018, foram incorporados 3.393 servidores da Segurança Pública, destes, 2.544 são novos policiais militares e bombeiros, 723 policiais civis (delegados, investigadores, escrivães) e 126 novos servidores do Departamento de Polícia Técnica (Peritos e Técnicos).

INVESTIMENTOS EM VIATURAS, ARMAMENTO, COMUNICAÇÃO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (2015 - 2018)

Entregues 1.671 viaturas: viaturas-padrão, veículos velados para investigação, micro-ônibus, caminhões de combate a incêndio, caminhonetes, embarcações, trailer, reboques, bases comunitárias móveis, furgões, quadriciclos, motos aquáticas, lanchas e ambulâncias e motocicletas no período de 2015 a 2018, investimentos que ultrapassaram R\$ 68,4 milhões. No período 2015 e 2018, somente o Corpo de Bombeiros, adquiriu 108 veículos, destes 20 veículos especiais (ABTS, ABSG e Auto Escada Magirus), 6 motos aquáticas (jet sky) e 82 viaturas diversas para fiscalização, transporte, serviço operacional e funções administrativas.

Ainda entre 2015-2018, foram adquiridos 12.320 coletes balísticos e 14.137 armamentos. Somente a Polícia Militar entregou 11.397 armamentos, destes, 9.697 de baixa letalidade, investimentos que superaram R\$ 37,0 milhões.

Após esse breve contexto e um balanço de ações realizadas com foco do desenvolvimento social passamos a apresentar o conjunto de propostas para o eixo 1.

PROPOSTAS PARA O EIXO 1

I. EDUCAÇÃO

NOVO PERFIL DE OFERTA PARA FORMAÇÃO INTEGRAL DO ESTUDANTE

No quadriênio de 2019 a 2022, as ações governamentais para formação integral dos estudantes, que conformam o novo perfil de oferta para rede estadual, serão implementadas a partir de três eixos: Qualidade Pedagógica; Valorização de Servidores da Educação; Infraestrutura Adequada e Gestão Escolar Democrática.

QUALIDADE PEDAGÓGICA

Ampliar oferta e atendimento por meio da busca ativa escolar parceria com o Unicef, iniciada em

junho de 2018, para execução de ações estruturadas para busca de crianças e adolescentes que estão fora da escola ou em risco de evasão, baseados em estudos sociodemográficos e territoriais;

- Efetivar termos de cooperação com os municípios do Estado. A ação será desenvolvida de maneira intersetorial com a SJDHDS, para identificação das famílias inscritas no CAD-Único para realizarmos as visitas e acompanhamentos com equipes de profissionais ligados aos NTE e aos CREAS e CRA;

CURRÍCULO BAHIA

Projeto pedagógico participativo, que visa a formação humana integral, caracterizadora do Novo Perfil de Oferta; a contextualização no Território e nos desafios do Século 21; as questões de gênero e sexualidade; a educação socioemocional e inclusiva; as histórias e as culturas Afro-Brasileira, e Africana e Indígena; inclusão da Agroecologia como disciplina nas escolas do campo; a educação ambiental; a observância às especificidades dos estudantes do campo e da cidade, dos povos e comunidades tradicionais, povos itinerantes e os que estão em cumprimento de medidas socioeducativas, bem como o trabalho como princípio educativo e a preparação para o mundo do trabalho, o prosseguimento de estudos e a cidadania.

- Implementar o Currículo Bahia de modo gradativo;
- Adequar os cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio e nos cursos de modalidade Formação inicial e continuada (FIC), que contemplem certificações parciais componentes de um itinerário formativo, ajustes no tempo de formação e a equidade das matrizes curriculares.

PROGRAMAS E PROJETOS COM ÊNFASE EM CIÊNCIA E USO PEDAGÓGICO DE TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS

PROJETO e-NOVA EDUCAÇÃO: objetiva a melhoria dos processos de ensino-aprendizagem na oferta de Ensino Médio, com plataforma e metodologias relativas às tecnologias educacionais, contextualizando as salas de aula no Século 21 e no Território de Identidade onde estão inseridas.

- Entregar kits de notebooks com acesso em banda larga e rede interna de wifi a 700 escolas, até 2022;
- Ofertar pós-graduação em Educação, Processos Tecnológicos e Práticas Inovadoras para 3.000 professores dos 27 Territórios, até 2022.

PROJETO CIÊNCIA NA ESCOLA (PCE): visa promover o processo de educação científica para professores e estudantes da Educação Básica. Os Projetos e-Nova Educação, o Projeto Ciência na Escola ampliará as suas ações para a totalidade de escolas de Ensino Médio, podendo alcançar todos os estudantes com utilização interativa do livro digital “Bahia, Brasil: Identidade, Trabalho e Inovação”, dentre outros materiais pedagógicos. Será realizada formação dos professores da Rede estadual.

- Agregar 25% do total das escolas da Rede a cada ano, até 2022;
- Implantar o PCE, em 2019, na Educação Profissional e Tecnológica por meio do livro “Bahia, Brasil: Autonomia, Territórios e Oportunidades” e, em 2020, nas escolas da educação indígena com o livro “Bahia, Brasil: Tempo, Territórios e Identidade”.

CENTROS JUVENIS DE CIÊNCIA E CULTURA (CJCC) - são escolas-laboratórios de experimentação pedagógica, comprometidos com a inovação, tecnológica e pedagógica, contando com alto engajamento estudantil no turno oposto de suas escolas de Ensino Médio de origem.

- Instituir mais 22 CJCC, contemplando a totalidade dos Territórios e Identidade.

PROGRAMAS E PROJETOS COM ÊNFASE EM ARTE, ESPORTES E CULTURA

PROJETOS ARTÍSTICOS E ESPORTIVOS: consolidação dos projetos referentes à cultura, às diversas linguagens artísticas tais como música, dança, teatro, arte de rua com grafite, entre outros, bem como os esportes individuais e coletivos.

- Executar ações em 1.200 Unidades Escolares;
- Realizar Encontros Estudantis Anuais, envolvendo todos os projetos artísticos e culturais, com etapas territoriais e encerramento em Salvador no Instituto Isaías Alves.

OLÍMPIADAS ESTUDANTIS DA REDE PÚBLICA: projeto que visa a reestruturação de jogos estudantis, em diferentes modalidades, incluindo o paradesporto e atividades de lazer (baleado, quadrilhas, etc) com estruturação de regras e etapas para competições locais, regionais e com encerramento em Salvador, integrando conhecimentos e práticas pedagógicas associadas à educação corporal. Coordenados pela SEC, SETRE/SUDESB e SJDHDS, incluirá parcerias com outros órgãos governamentais e instituições para aprimoramento e execução das ações do projeto. Destaca-se a possibilidade de parceria com prefeituras municipais e consórcios municipais.

ESCOLAS CULTURAIS: executado em parceria com a SECULT e a SJDHDS, visam envolver os estudantes de Ensino Médio da rede estadual na produção e disseminação da arte e cultura nos 27 Territórios, em articulação com a comunidade a partir da promoção de ações artístico-culturais e do uso das salas de cinema das unidades escolares.

- Implementar o projeto em 01 escola por Território a cada ano, até 2022.

PROGRAMAS E PROJETOS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

- **OFERTA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA:** implantar, ao menos um curso de formação profissional em cada unidade escolar do Ensino Médio, alcançando 25% das escolas por ano e em todas as escolas até 2022;
- **CURSO SUPERIOR DE TECNÓLOGO - CST:** implantar 27 Cursos Superiores de Tecnólogo na rede estadual de Educação Profissional e Tecnológica nos 27 Territórios, em parceria com as instituições de ensino superior e do Sistema S; e,
 - Ofertar 1.600 vagas, até 2022. Os cursos ocorrerão nos 20 COMPLEXOS INTEGRADOS DE EDUCAÇÃO-CIEB, que serão implantados em cada um dos Territórios, até 2022.
- **EDUCAÇÃO E TERRITORIALIDADE:** ofertar Educação Profissional associada à produção de conhecimento local, ao desenvolvimento de tecnologias sociais, ao crescimento econômico sustentável e à redução da exclusão, com atenção aos ativos e a identidade dos Territórios.
- **FÁBRICAS - ESCOLAS:** são espaços de formação coletiva escola-comunidade-empresa, prestação de serviços, pré-incubação, incubação e aceleração de empreendimentos, e a produção de tecnologias sociais, que se associam aos ativos territoriais e ao perfil econômico estabelecido como base para a criação e fortalecimento do potencial de inovação local.
 - Implantar, além das existentes, ao menos, uma Fábrica Escola, em cada Território, até 2022, com 1450 projetos de tecnologias sociais, até 2022.
- **EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTERMEDIADA POR TECNOLOGIA - EPITEC:** visa ampliar a oferta de cursos técnicos de nível médio com o uso de uma rede de serviços de comunicação multimídia em escolas com equipamentos para intermediação tecnológica e ensino on line, como alternativa pedagógica para atendimento dos locais mais remotos dos 27 Territórios.
 - Implantar EPITEC em 240 escolas, até 2022.

PROJETOS COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO SOCIOEMOCIONAL E EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA

- **PROGRAMA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA:** busca ativa de pessoas com deficiência em idade escolar, mas fora da escola, e mapeamento da rede para detectar estudantes com deficiência que omitem sua condição, como premissas para garantir estrutura dos equipamentos e profissionais qualificados para a educação inclusiva.
- **PROJETO ACOLHER:** ofertar assistência e apoio à saúde mental e emocional dos professores e estudantes da rede estadual, contemplando ações de integração família-escola. Serão designados servidores da carreira do Magistério Público-Diretor, por unidade escolar do Ensino Médio, com formação para atuar nas demandas de acolhimento e orientação relativa à educação socioemocional e à educação inclusiva.
- Formar 1200 profissionais para atuar no projeto, até 2022.
- Formalizar parcerias com órgãos e entidades do Estado, dos municípios, da União e instituições da sociedade civil para atendimento, orientação e formação, conforme as especificidades de cada organização e as competências de cada ente federado.
- **PROJETO S.A.R.A.H.D.O:** serviço de atendimento aos estudantes hospitalizados ou enfermos em domicílio.
 - Implementar, no mínimo, uma classe em cada uma das 5 macrorregiões do estado, até 2022.

PROGRAMAS E PROJETOS RELACIONADOS À COOPERAÇÃO FEDERATIVA COM MUNICÍPIOS (EDUCAÇÃO INFANTIL, DO ENSINO FUNDAMENTAL E DA ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) estabelece a competência preponderante dos municípios para oferta da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, bem como que esta competência seja executada em regime de colaboração, na medida das possibilidades de cada ente. Para o Governo do Estado, a colaboração com os municípios, também prevista no Plano Estadual de Educação é estratégica para a melhoria como um todo da educação do Estado. Serão realizadas as seguintes ações em regime de colaboração:

COOPERAÇÃO TÉCNICA: será mantido o regime de colaboração com a participação do Governo Estadual. Nos Programas Federais, com estados e municípios, e nos programas e projetos pactuados com instituições da sociedade civil e outras, visando: a busca ativa de crianças e adolescentes; a alfabetização de crianças, jovens, adultos e idosos; a melhoria dos sistemas de ensino municipais; a formação de servidores municipais; o apoio e assessoramento ao planejamento e à gestão educacional; a mobilização e o controle social; o monitoramento e a avaliação dos planos municipais e planos de carreira; bem como assessoramento técnico e pedagógico para subsidiar a elaboração dos currículos das redes municipais.

PROGRAMA PACTO PELA EDUCAÇÃO: visa a cooperação entre Estado e municípios para execução de ações de acompanhamento pedagógico de formação para fortalecimento da política de alfabetização de crianças de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental nas redes municipais e estadual.

Serão realizadas as seguintes ações:

- Acompanhar 392 municípios baianos que apresentam níveis inconsistentes para o domínio da leitura e da escrita, com percentual acima de 50% conforme dados da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA 2016); e, formar 8.000 profissionais, dentre professores e coordenadores pedagógicos, em ambiente virtual;
- Ampliar a ação do programa para atendimento de estudantes e professores do 9º ano, com cursos de formação específicos, objetivando aprimorar as práticas educacionais no ensino de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, concepção de mundo do trabalho, bem como ofertar

orientações sobre o novo itinerário formativo para o Ensino Médio e suas modalidades.

PROGRAMA TODOS PELA ALFABETIZAÇÃO – TOPA: serão realizadas as seguintes ações:

- Continuar ação alfabetizadora para os estudantes trabalhadores, para alfabetizar 100 mil pessoas, priorizando atendimento e acompanhamento pedagógico nos 84 municípios que ainda apresentam índices de analfabetismo preocupantes;
- Elaborar estratégias para atendimento específico de grupos etários, categorias profissionais e grupos sociais que apresentam índices de analfabetismo muito acima da média do estado;
- Formados 5 mil alfabetizadores, até 2022.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA): para garantir o direito à Educação que não prescreve com a idade, inclusive com parcerias com os municípios:

- Ampliar a oferta da Educação para jovens e adultos, inclusive com a ampliação dos Centros Noturnos de Educação e, também, oferta de vagas no turno matutino para permitir acesso à Educação aos que trabalham à noite;
- Criar programa intersetorial (SEC, SJDHDS, SETRE, SEPROMI, SPM) para a permanência e volta à escola de adolescentes e jovens trabalhadores (faixas etárias de 15 a 17 anos, e de 18 a 24 anos), observando, ainda, a parcela da população que não estuda e não trabalha;
- Ampliar a oferta de EJA articulada e integrada à Educação Profissional (PROEJA) na perspectiva de maximizar oportunidades educacionais, com cursos ajustados à realidade de vida dos estudantes nos seus Territórios; ofertar atividades complementares referentes nas áreas de artes, cultura e ciência;
- Ofertar vagas para egressos do Programa Todos pela Alfabetização (TOPA), com percursos formativos diferenciados, observando as especificidades do estudante trabalhador;
- Definir metas anuais a partir da busca ativa e do mapeamento sociodemográfico e territorial.

EDUCAÇÃO DO CAMPO: a Bahia tem a maior população rural do Brasil e a Educação é uma grande ferramenta para aumentar a qualidade de vida, o desenvolvimento territorial e o acesso a bens e serviços para as populações do campo:

- Instituir a Política Estadual de Educação do Campo, que expresse o acúmulo histórico dessa área e crie as condições estruturais e orçamentárias para execução das ações;
- Incluir a Pedagogia da Alternância em, pelo menos, quatro escolas por Território, contemplando 130 escolas, até 2022, em parceria com as redes EFAS, dos CETEPs e dos CEEP, e de outras iniciativas dos movimentos sociais e populares;
- Incluir a Agroecologia no Currículo, como disciplina em todas as escolas do campo, até 2022;
- Instituir parcerias com instituições públicas de ensino superior para melhoria da oferta de Educação no campo;
- Promover a manutenção e o aprimoramento do apoio-técnico e financeiro às Escolas de Famílias Agrícolas-EFAS;
- Valorizar os profissionais que trabalham nas escolas do campo, estimulando sua permanência na Educação do Campo;
- Realizar parcerias Estado e municípios para a utilização plena das escolas municipais do campo (por exemplo, ofertando cursos EJA e qualificação profissional), contribuindo para evitar o seu fechamento.
- Na modalidade Educação Profissional ocorrerão ofertas de Cursos Técnicos em Agroecologia, Aquicultura e Processamento de Pescados, nas modalidades Subsequente ao Médio e Educação Profissional de Jovens e Adultos (PROEJA), com pedagogia da alternância, em parceria com órgãos e entidades do Estado e das EFAS;
- Ofertar, pelo menos, uma destas modalidades nos 27 Territórios, além dos existentes, chegando a 24, até 2022.

ENEM 100%:

Projeto que visa a ampliação da proficiência dos estudantes no Ensino Médio e do acesso ao

Ensino Superior, por meio do Exame Nacional do Ensino Médio.

- Será ofertado aos matriculados na terceira série do ensino médio e na última série da educação profissional, para todos os estudantes, reforçando-se em 25% das unidades escolares a cada ano;

EDUCAÇÃO INDÍGENA, QUILOMBOLA E OUTROS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS:

Ampliação gradativa da oferta a essas populações, dos suportes de infraestrutura e de valorização de servidores;

- Serão realizados cursos de formação de docentes dos cursos regulares e da carreira indígena para orientar a implementação do Currículo Bahia e currículos específicos. Implantar 8 cursos, até 2022.
- **ESCOLA SUSTENTÁVEL:** serão consolidadas as iniciativas na área de Educação Ambiental, com maior articulação com os programas e projetos de ciência, artes e cultura, e Educação Profissional, valorizando os saberes populares e estimulando a participação da comunidade escolar e do território.
- Realização de, pelo menos, oito cursos para docentes, por Território, até 2022, contemplando os projetos estudantis para ações sustentáveis nas escolas, como os relativos às hortas, tratamento de resíduos sólidos, captação de água etc; bem como, realizar parcerias com instituições públicas de Ensino Superior e organizações da sociedade civil para ações de Educação Ambiental, envolvendo a comunidade escolar e seu entorno.
- **FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO** - visa valorizar os integrantes da carreira da Educação, ampliando os seus conhecimentos e habilidades para atendimento das demandas de formação nos programas e projetos que configuram o Novo Perfil de Oferta, descritas nas diversas ações deste Programa, e outras a serem executadas pelo Instituto Anísio Teixeira em parceria com instituições públicas de Ensino Superior.
- Realizar encontros acadêmicos anuais para discussão das inovações pedagógicas e das melhores práticas escolares; cursos referentes às questões multiculturais, inter e transdisciplinares referentes ao estudo da História e Culturas afro-brasileira e indígena; implementação das Diretrizes da Educação Inclusiva no Estado da Bahia, e à formação de bibliotecários e assistentes de bibliotecas das escolas estaduais.

INFRAESTRUTURA ADEQUADA E GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA

INFRAESTRUTURA ADEQUADA AOS DESAFIOS DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E ÀS ESPECIFICIDADES DOS ESTUDANTES DA REDE ESTADUAL DE ENSINO

As ações da área infraestrutura física e lógica considerarão as especificidades dos programas e projetos que constituem o Novo Perfil de Oferta para formação integral do estudante do Ensino Médio, entre outras. Assim, os projetos arquitetônicos para as novas unidades escolares constituirão ambientes que permitam o uso de ferramentas tecnológicas atuais, aliados a sustentabilidade e preservação do meio ambiente, com espaços de convivência, e aproveitarão, sempre que possível, as contribuições de projetos escolares com soluções dos estudantes para melhoria do espaço escolar.

- Serão realizadas, também, nas unidades escolares do Ensino Médio, nos 27 Territórios, as seguintes ações:
- Implantar videomonitoramento para segurança em 600 escolas, até 2022;
- Construir 60 novas unidades escolares, até 2022;
- Entregar 600 escolas com quadras cobertas (150 por ano, até 2022) e infraestrutura adequada para unidades que executam atividades em tempo integral.
- Entregar três unidades reestruturadas para atender aos eventos artísticos culturais e esportivos da rede, bem como para uso da comunidade, seja na participação em cursos ou atividades

desenvolvidas pelos estudantes ou pela comunidade. Sendo:

- Instituto Isaías Alves: conclusão da reforma iniciada, para finalização do teatro, implantação da fábrica-escola do espetáculo, entre outros;
- Colégio Luiz Viana: reforma para a criação um centro poliesportivo para a Rede Estadual da Educação;
- Colégio Central: reforma para a criação de um museu para Rede Estadual, sala de cinema aberta à comunidade, um centro de produção de atividades culturais, em especial, a produção audiovisual dos estudantes.
- **TRANSPORTE ESCOLAR:** será ampliado o Programa Estadual de Transporte Escolar, em articulação com as prefeituras municipais, buscando melhorar a qualidade e segurança da prestação do serviço.

GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA

Serão mantidos investimentos para aprimoramento da gestão pedagógica e administrativa das unidades escolares da rede estadual, com o fortalecimento da participação ativa da comunidade escolar e, também, promovidas as seguintes ações:

- Reestruturar administrativamente a relação entre unidades centrais da Secretaria da Educação, Núcleos Territoriais de Educação e unidades escolares, propiciando aperfeiçoamento dos fluxos dos processos de trabalho;
- Formar gestores escolares sobre os diversos temas relacionados à gestão pedagógica, administrativa, financeira, conservacional e patrimonial das unidades escolares;
- Assegurar apoio à organização e atuação dos Conselhos Escolares, Grêmios Estudantis e Líderes de Classe;
- Criar uma plataforma digital para a comunicação e interação das lideranças estudantis com a Secretaria;
- Apoiar as ações do Fórum Estadual de Educação, do Conselho Estadual de Educação e realização das Conferências Territoriais e Estadual de Educação;
- Manter diálogo permanente com os movimentos sociais e populares que demandam educação, particularmente os do campo, de populações tradicionais, étnico-raciais e LGBTII+.

EDUCAÇÃO SUPERIOR

- Consolidar a política de interiorização do ensino superior com ampliação de vagas propiciando estratégias que diversifiquem as modalidades de oferta, garantindo a democratização do acesso;
- Articular os órgãos de governo e instituições propiciando às universidades outras formas de financiamento público para garantir a qualidade dos Cursos de Graduação, maior desenvolvimento nas áreas de pesquisa, o fortalecimento da extensão e da articulação de projetos estratégicos associados às potencialidades econômicas de cada Território e às políticas públicas para o desenvolvimento socioeconômico do Estado, bem como na área de Pós-Graduação stricto sensu em todos os Territórios de Identidade;
- Consolidar da política de ações afirmativas visando assegurar a inclusão e a permanência dos estudantes que ingressam nas Universidades Estaduais com consolidação do Programa Mais Futuro e Partiu Estágio;
- Desenvolver programas e projetos, qualificações profissionais, tendo em vista a consolidação de tecnologias sociais que atendam às vocações produtivas territoriais e a melhoria da qualidade de vida das suas populações;
- Buscar viabilizar investimentos em infraestrutura nas Universidades Estaduais, garantindo as condições adequadas ao desenvolvimento do Ensino Superior.
- **PROGRAMA UNIVERSIDADE VIRTUAL DA BAHIA (UNIVEBA):** visa reunir os atuais 26 Polos Estaduais da Universidade Aberta do Brasil (UAB), ampliando-os, gradativamente, até alcançar 100 municípios, em 2022.

Na execução do Programa serão firmadas parcerias com as IES públicas que se relacionarão com os Polos na oferta de apoio pedagógico, tecnológico e administrativo para as atividades de ensino e aprendizagem conexas às atividades dos cursos EaD.

II. SAÚDE

As linhas gerais do Programa do Governo Participativo, na área da Saúde, seguirão na direção da descentralização e regionalização das ações de média e alta complexidade, centrando na modernização tecnológica e fortalecimento da rede de atenção à saúde, procedendo a revisão das redes de saúde regionais e microrregionais, objetivando, racionalidade, resolutividade e economicidade.

Ampliar os Serviços de Saúde para garantir a regionalização da assistência:

- Construir o Centro Estadual de Referência para Anemia Falciforme e outras Hemoglobinopatias;
- Construir o Centro Estadual de Referência em Hipertensão Arterial e Aterosclerose;
- Implantar a Política Estadual de Atenção Integral ao Portador de Pé Diabético e de Portadores de Feridas Complexas;
- Implantar salas de atendimento ao portador de pé diabético nas cidades com mais de 30 mil habitantes;
- Implantar Unidade de Alta Complexidade Cardiovascular, com hemodinâmica, cirurgia cardíaca e neurointervenção no Hospital do Oeste (Barreiras);
- Implantar Unidade de Alta Complexidade Cardiovascular, com hemodinâmica, cirurgia cardíaca e neurointervenção no Hospital Regional Mário Dourado Sobrinho (Irecê);
- Implantar Unidade de Alta Complexidade Cardiovascular, com hemodinâmica, cirurgia cardíaca e neurointervenção no Hospital Regional da Costa do Descobrimento (Porto Seguro);
- Implantar unidade de alta complexidade em oncologia (UNACON), em Irecê;
- Implantar unidade de alta complexidade em oncologia (UNACON), em Barreiras;
- Implantar unidade de alta complexidade em oncologia (UNACON), em Porto Seguro;
- Implantar unidade de alta complexidade em oncologia (UNACON), em Caetité;
- Implantar unidade de alta complexidade em oncologia (UNACON) no Hospital da Mulher, em Salvador;
- Implantar novos serviços de radioterapia no Hospital Regional de Juazeiro;
- Implantar novos serviços de radioterapia no CICAN (Salvador);
- Implantar novos serviços de radioterapia no HGVC (Vitória da Conquista);
- Implantar a Política Estadual para desospitalização de Portadores de Distúrbios Psicosociais, com abertura de 15 Residências Terapêuticas;
- Construir CAPS III, para estabelecer uma rede de apoio em tempo integral às pessoas com sofrimento psíquico;
- Qualificar Hospitais Gerais e UPAs para o atendimento e garantia de assistencial em leito de saúde mental;

Com a crescente necessidade de qualificar a assistência no SUS, organizando a rede de forma ascendente para garantir o acesso a uma atenção integral, reduzindo a distância de onde se vive em relação à assistência especializada. Desta forma, os investimentos que buscam estruturar a Autossuficiência Regional da Assistência, visam:

- Reforma e/ou requalificação do Hospital Geral de Camaçari;
- Reforma e/ou requalificação do Hospital Regional Dantas Bião;
- Reforma e/ou requalificação do Hospital Regional de Ribeira do Pombal;
- Reforma e/ou requalificação do Hospital Geral de Itaparica;
- Reforma e/ou requalificação do Hospital Geral Ernesto Simões;
- Reforma e/ou requalificação do Hospital do Oeste;
- Reforma e/ou requalificação do Hospital de Irecê;
- Reformar o Hospital Octávio Mangabeira;
- Reformar e/ou ampliar o Hospital de Senhor do Bonfim;
- Reformar e/ou ampliar o Hospital de Pojuca;
- Reformar e/ou ampliar o Hospital Regional de Santa Maria da Vitória;

- Reformar e/ou ampliar a maternidade Albert Sabin, em Salvador;
- Reformar e/ou ampliar a maternidade Tsyla Balbino, em Salvador;
- Reformar e/ou ampliar a maternidade IPERBA, em Salvador;
- Requalificar os hospitais regionais, garantindo maior resolutividade, investindo em novos equipamentos, ampliando especialidades, reformando, modernizando e vocacionando, onde for necessário;
- Ampliar leitos de terapia intensiva e semi-intensiva adulto e neonatal em unidades sob gestão estadual e/ou municipal: Ribeira do Pombal (adulto e neo), Alagoinhas (adulto), Porto Seguro (adulto), Paulo Afonso (BTN, adulto), Bom Jesus da Lapa (adulto e neo), Caetité (adulto), Senhor do Bonfim (adulto e neo), Itaberaba (Adulto e neo), Ruy Barbosa (adulto), Vitória da Conquista (pediátrica), Santa Maria da Vitória (adulto e neo);
- Investir na construção de novas unidades hospitalares:
- Hospital Metropolitano, em Lauro de Freitas;
- Novo Clériston Andrade (Feira de Santana);
- Hospital Regional da Costa das Baleias (Teixeira de Freitas);
- Novo Hospital Regional de Itaberaba (utilizando o antigo Regional);
- Hospital do Câncer de Caetité;
- Hospital de Recuperação e Cuidados Progressivos, em Itapagipe – Salvador;
- Centro de Traumatologia de Vitória da Conquista (antigo Afrânio Peixoto);
- UPA porte II, em Ilhéus;
- Investir na construção de novas maternidades:
- Construção de nova maternidade em Camaçari;
- Construção de um Hospital da Criança e Maternidade em Ilhéus (antigo prédio do Luis Viana);
- Construção de maternidade em Seabra (antigo prédio Frei Justo);
- Construção de maternidade em Lauro de Freitas (antigo prédio do Menandro de Fraias);
- Construção de nova Maternidade João Batista Caribé, no Subúrbio de Salvador;
- Implantar Serviços de Verificação de Óbitos (SVO) para atestar a causa de óbitos em pessoas que faleceram no domicílio ou em unidades hospitalares, sem causa conhecida, em cidades do interior do Estado, garantindo a instalação em Salvador, Feira de Santana, Barreiras, Itabuna, Vitória da Conquista e Porto Seguro;
- Implantar policlínica na Região de Juazeiro;
- Implantar policlínica na Região de Paulo Afonso;
- Implantar policlínica na Região de Senhor do Bonfim;
- Implantar policlínica na Região de Jacobina;
- Implantar policlínica na Região de Barreiras;
- Implantar policlínica na Região de Vitória da Conquista;
- Implantar policlínica na Região de Itabuna;
- Implantar policlínica na Região de Salvador, em Escada;
- Implantar policlínica na região de Salvador, em Tancredo Neves/Beirú /Narandiba;
- Implantar policlínica na Região de Ribeira do Pombal;
- Implantar policlínica na Região de Simões Filho;
- Implantar policlínica na Região de São Francisco do Conde;
- Implantar policlínica na Região de Brumado;
- Implantar policlínica na Região da Costa do Descobrimento;
- Implantar policlínica na Região da Chapada;
- Implantar policlínica na Região Sisaleira.

Investir na qualificação e resolutividade da Atenção Básica

- Ampliar número de Unidades Básicas de Saúde, priorizando os municípios com cobertura da Atenção Básica abaixo de 70%;
- Equipar os consultórios das Equipes de Saúde Bucal, ligados às Equipes de Saúde da Família, buscando ampliar sua cobertura assistencial e resolutividade;
- Apoiar a informatização das Unidades Básicas de Saúde e implantar Prontuário Eletrônico

Integrado à Rede Estadual, com conexão de Banda Larga;

- Ampliar o Telessaúde, implantando o Serviço de Teleconsultoria Especializada, reduzindo encaminhamentos inadequados e ampliando a resolutividade na Atenção Básica.

Viabilizar a Atenção Integral em tempo oportuno com qualidade

- Ampliação dos Mutirões de Cirurgias, potencializando os Hospitais Municipais em procedimentos cirúrgicos de baixa complexidade;
- Agregar tecnologia para priorização e ordenação das solicitações a partir da Unidade Básica mais próxima da casa do cidadão, mediante Telerregulação;
- Criação do Centro Estadual de Comando e Controle da Saúde, que abrigará a Central Estadual de Regulação, Central Estadual de Transplantes e a Central de Monitoramento da Rede.

Investir na Tecnologia da Saúde como meio para viabilizar registros qualificados e ampliar a resolutividade assistencial

- Conectar digitalmente as regiões de saúde;
- Implantar prontuário eletrônico nas unidades de saúde sob gestão estadual;
- Integrar os hospitais municipais à rede hospitalar estadual, propiciando um retorno, para mais próximo da sua casa, dos usuários que realizaram algum procedimento em Hospital de Alta Complexidade.
- Investir nos trabalhadores da Saúde para a garantia da qualidade, resolutividade e humanização;
- Integrar hospitais estaduais com as universidades públicas e seus respectivos cursos de saúde;
- Regular os campos de estágio de instituições formadoras da área de saúde privadas;
- Ampliar bolsas de residência médica em especialidades estratégicas;
- Realizar cursos técnicos e de pós-graduação nas áreas estratégicas e de necessidade da saúde.

GESTÃO DO TRABALHO NA SAÚDE

- Estabelecer uma nova modalidade de Gestão que possa incluir trabalhadores e incentivá-los a partir da avaliação de desempenho.

Desenvolvimento Industrial - Ampliar o processo de industrialização farmacêutica da Bahia

- Implantar a Indústria Baiana de Insulina, em Dias D`Ávila;
- Implantar unidade fabril da Bahiafarma na cidade de Vitória da Conquista;
- Expandir as linhas de produção da Bahiafarma, em Simões Filho.

Vigilância à Saúde como fomento para a prevenção das doenças

- Realizar melhorias de infraestrutura do Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde (CIEVS), para detectar e organizar a resposta a eventos com potencial de constituir uma emergência em saúde pública;
- Realizar melhorias na infraestrutura da Central Estadual de Distribuição de Imunobiológicos e da rede de frio das regionais, para a garantia da qualidade dos insumos e efetividade das ações de imunização;
- Adquirir tecnologias de informação para Vigilância Sanitária do Estado, para gerenciamento das informações em saúde pública;
- Ampliar a estrutura tecnológica do LACEN-BA, para a expansão de novos exames e técnicas analíticas para atender o escopo das vigilâncias epidemiológica, sanitária, ambiental e saúde do trabalhador;
- Fortalecer planos pactuados com a macrogestão para reduzir doenças e agravos de interesse do estado, implantação as Salas de Coordenação e Controle do aedes aegypti nos municípios e regionais.

Atenção Animal

- Apoio as políticas relacionadas à vida digna e saudável dos animais, a exemplo de ações voltadas para a educação formal e não formal sobre guarda responsável, adoção, contra a prática de maus tratos, doenças que põem em risco a sua vida e a dos animais; equilíbrio do meio ambiente; campanha de divulgação de vacinas;

III. SEGURANÇA PÚBLICA, SISTEMA PRISIONAL E DEFESA SOCIAL

PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA

- **PROGRAMA GERAÇÃO DA PAZ:** Prevenção à Violência - será implementado, por meio da articulação entre agentes de diversos setores (entes públicos, iniciativa privada, instituições de ensino, ONGs e sociedade civil organizada) e irá atuar nas áreas com os maiores índices de vulnerabilidade social, tendo sempre em vista, como princípios integradores, a responsabilidade social e a cultura de paz;
- Fortalecimento do Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD), ampliando o esforço cooperativo entre a Polícia, a Escola e a Família na preparação do público infanto-juvenil para a condução de suas vidas livres do abuso de drogas, da violência e de outros comportamentos perigosos;
- Fortalecimento das Ações de Prevenção nas Bases Comunitárias de Segurança (BCS), ampliando a aproximação da comunidade com os órgãos de segurança pública, através do policiamento comunitário, bem como maximizar as ações sociais desenvolvidas junto às comunidades atendidas pelas Bases Comunitárias;
- Ampliação da Ronda Maria da Penha para garantir a oferta de serviços de segurança específicos para situações de violência contra a mulher, especialmente através do acompanhamento e fiscalização do cumprimento de medidas protetivas, bem como através de mecanismos de conscientização e prevenção de novas ocorrências.

FORTELECIMENTO DAS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO À CRIMINALIDADE

Em que pese todo o esforço necessário e já realizado no campo da prevenção, o que será ainda mais ampliado, sabe-se que decorrente da complexidade que envolve a dinâmica social, econômica e psicológica dos indivíduos, o crime não deixa de existir. Ações:

- Ampliação das Ações de Inteligência com Novas Tecnologias, visando fortalecer as ações de enfrentamento à criminalidade e buscando a produção do conhecimento necessário à tomada de decisão no campo operacional, de maneira rápida, precisa e segura;
- Fortalecimento das Forças-Tarefas de Combate a Roubo a Banco, Roubo de Cargas, Homicídios e Tráfico de Drogas;
- A Integração com outros órgãos e instituições na repressão ao crime continuará como premissa para uma atuação coordenada, eficiente e eficaz do Sistema de Defesa Social;
- Implantação de Núcleos de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência, onde não existam Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher - DEAM, dotados de protocolos específicos e servidoras e servidores especialmente capacitados no acolhimento e tratamento das questões relacionadas à temática, possibilitando o pronto atendimento e a adoção das medidas previstas na Lei Maria da Penha;
- Implantação da Coordenação Estadual de Mediação e Acompanhamento de Conflitos Agrários e Urbanos - CMACAU - responsável pelas questões oriundas de conflitos fundiários no estado da Bahia, possibilitará uma amplitude nas ações de mediação, acompanhamento e apuração de eventuais crimes decorrentes dos conflitos agrários e urbanos, bem como na manutenção de banco de dados próprio, realização de intercâmbios técnicos e formalização de parcerias com órgãos de atuação nessa área de interesse;
- Ampliação da Interiorização da Perícia. A ação é voltada tanto à ampliação dos serviços periciais para todo o Estado, quanto destinado à redução da criminalidade violenta por meio da qualificação da investigação criminal e robustecimento da prova material, elementos indispensáveis à efetividade da justiça criminal;
- Ampliação do SIIDA - Sistema de Identificação Digital são indispensáveis para incrementar a capacidade de identificação humana e de emissão de carteiras de identidade em todo o Estado, assegurando maior agilidade nas pesquisas e segurança no controle dos registros;
- Criação da Coordenação Estadual de Repressão aos Crimes de Discriminação Racial, Intolerância

Religiosa, Orientação Sexual e de Proteção à Pessoa com Deficiência que atuará no campo da promoção dos direitos humanos, visando atender a uma demanda dos grupos vulneráveis que, além de sofrerem com o preconceito, por vezes encontram dificuldades no acesso aos serviços públicos. Atuará por meio de protocolos pré-definidos de atendimento especializado em todo o Estado.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Na sociedade da informação, os investimentos em tecnologia, por parte das organizações de segurança pública, não podem parar.

- Implantar o Videomonitoramento Inteligente, que visa aumentar a eficiência dos órgãos de segurança pública e a interoperabilidade entre os diversos sistemas de TIC, qualificando as informações e agilizando a tomada de decisão, através do monitoramento sistemático de pontos críticos, feita onde haja grande concentração e dispersão de pessoas, a exemplo dos aeroportos, estações de metrô e ônibus e Arena Fonte Nova, com saídas de videoanalítico relativas a reconhecimento facial, reconhecimento de placas veiculares, análise de situações e comportamentos, além de buscas inteligentes em banco de dados e de imagens, minimizando, assim, o tempo de reação e ampliando a sensação de segurança pública. Neste item será considerada a parceria com prefeituras e o setor privado, para a criação de um grande arco de parcerias;
- Integração Tecnológica entre as Unidades do Sistema Estadual de Segurança Pública com: Ampliação do B.O. Eletrônico; Inquérito Policial, TCO e Laudos Periciais Digitais, visando proporcionar agilidade e qualidade na prestação do serviço policial, redução de custo e tempo, padronização, compromisso ambiental, integração intra e interinstitucional, além de redução de espaço físico para guarda e arquivamento de documentos;
- Implantar o projeto APP 190, que integrará a necessidade do usuário dos serviços de segurança pública em registrar uma ocorrência de natureza policial ou de desastre natural com a praticidade de registro, através de um aplicativo, sem gerar a necessidade de realizar ligações telefônicas;
- Ampliar os investimentos na Telecomunicação de Segurança Pública, com foco nos Centros Integrados de Comunicação – CICOM do interior do Estado, a fim de adequar a infraestrutura de telecomunicações da SSP/BA com as inovações tecnológicas, novas unidades e serviços implantados.

MELHORIA DA INFRAESTRUTURA

- A melhoria da Rede Física (obras físicas e manutenção das instalações), bem como o reaparelhamento das Polícias Civil, Militar e Técnica (viaturas, armamento, EPI etc.) são ações prioritárias para a gestão, tendo em vista que a sua implementação beneficiará tanto a população, que contará com melhor atendimento e melhores serviços, quanto o servidor policial, em face da melhoria das condições de trabalho;
- Ampliação e melhoria da estrutura física da Aviação Policial, regionalizando o apoio do vetor aéreo nas atividades de segurança pública e defesa civil;
- Ampliação da rede física e o reaparelhamento do Corpo de Bombeiros Militar será prioridade, com vistas a ampliar a cobertura de atuação da Instituição (percentual da população atendida pelos serviços do Corpo de Bombeiros Militar).

MELHORIA DA GESTÃO

- Modernização da Gestão Operacional – visa o estabelecimento de doutrina operacional, possibilitando melhores condições de gerência da unidade, bem assim melhor utilização dos recursos e resultados, traduzindo-se em eficiência e eficácia operacional;
- Aprimoramento do Sistema de Gestão Estratégica por Resultados, enquanto ferramenta apropriada para estruturação do processo de mudança organizacional e melhoria do desempenho da Segurança Pública;
- Aprimoramento do Sistema de Coleta e Análise de Dados Estatísticos, com a geração automática de indicadores criminais a partir do próprio boletim de ocorrência, reduzirá o tempo, as falhas

e o retrabalho, melhorando o fluxo do sistema de coletas de informações e reduzindo a carga de trabalho nas unidades policiais. Além disso, propiciará a melhoria da qualidade dos dados criminais que servem de subsídio para o planejamento da Segurança Pública;

- Ampliar e fortalecer o Programa +Valor com o fomento e promoção permanente da Qualidade de Vida e Desenvolvimento Pessoal, Saúde e Segurança do Trabalhador do Sistema Estadual de Segurança Pública;
- Criação dos Centros de Referência em Valorização Profissional do Interior, espaços de atenção biopsicossocial (saúde, psicologia, psiquiatria, educação física, assistência social e comunicação social) destinados à promoção da valorização profissional e a saúde dos profissionais de segurança pública lotados em unidades do Interior, estratégia que compreende ações preventivas e integradas, de forma a prevenir adoecimentos e promover melhores condições de vida e de trabalho;
- Elaboração do Plano Estratégico de Formação e Capacitação do Sistema Estadual de Segurança Pública, sendo uma ferramenta de planejamento em que serão descritos os projetos e as ações relevantes que os órgãos de ensino e pesquisa pretendem realizar durante a Gestão, contemplando os seus desdobramentos;
- Garantir a continuidade da ampliação do efetivo de policiais, mantendo a valorização do efetivo existente e dos novos, por meio de cursos de capacitação e disponibilizando os equipamentos necessários, básicos e essenciais para o desenvolvimento de suas atividades com segurança e eficácia;
- Capacitação Continuada em Segurança Pública nas Modalidades Presencial e à Distância – buscará desenvolver competências nos servidores enquanto protagonistas da oferta de serviços públicos diferenciados para a sociedade;
- Fortalecimento das Corregedorias, para que seja identificado, com maior rapidez, o desvio de conduta do servidor, dando celeridade nos prazos de tramitação. Porém, sem deixar de lado as ações de prevenção aos atos ilícitos dos servidores.

INTEGRAÇÃO COM O SISTEMA PRISIONAL

- Retirada de Presos das Delegacias visa uma melhor prestação de serviços de Polícia Judiciária, através da transferência de presos das delegacias de polícia para o sistema prisional, desincumbindo, assim, os policiais civis dessa atividade, a qual não é inerente a sua função, liberando-os para os cumprimentos de suas legais atribuições;
- Aprimoramento da estrutura Tecnológica e de Infraestrutura Prisional, buscando a integração com o Sistema Prisional com o objetivo de evitar o crescimento do crime organizado, também será contínua.

SISTEMA PRISIONAL

- Implantar e institucionalizar a Escola Penitenciária, voltada para os servidores que atuam no Sistema, com o objetivo de ofertar capacitação continuada em políticas prisionais;
- Garantir a participação e formação dos Agentes Penitenciários por meio de políticas próprias em consonância com as diretrizes do Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN;
- Adequar as Unidades Prisionais de Regime Semiaberto para o melhor atendimento das ações de reinserção social;
- Garantir a manutenção da relação equilibrada entre números de internos e vagas no Sistema Prisional.

IV. ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Defesa do SUAS: compromisso com a defesa do Sistema Único de Assistência Social como uma política pública integrada e articulada de proteção social e garantia de direitos, capaz de superar as práticas tradicionais de assistencialismo, especialmente neste momento de desmonte das políticas sociais;
- Política de Cofinanciamento – continuar e consolidar as ações de financiamento e cofinanciamento do SUAS, tendo como base os indicadores de desproteção social, por meio do repasse fundo a fundo, com disponibilidade para custeio e investimento, com objetivo de ampliar e dar continuidade às ações socioassistenciais destinadas ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, e à redução da violência e da violação de direitos;
- Formação Permanente – implantar o Plano Estadual de Educação Permanente para garantir a formação continuada e a valorização das/os trabalhadoras/es do SUAS, em suas dimensões técnico-operativa, teórica-metodológica e política;
- Usuários Ativos – fomentar espaços de diálogo e participação dos usuários e das usuárias da política de assistência social, desenvolvendo uma política de comunicação do SUAS que potencialize o uso de diferentes mídias para a defesa de direitos em linguagem acessível e diversificada;
- Pessoas em Situação de Rua – promover a oferta de serviços para pessoas e famílias em situação de rua, de modo a assegurar a ressocialização, a readaptação e a inserção familiar, produtiva e comunitária destes cidadãos, através do estabelecimento de uma rede de apoio no estado da Bahia;
- Mutirão da Cidadania: Realizar visitas constantes aos Territórios e municípios com oferta itinerante de serviços públicos, sociais, culturais, recreativos etc aos usuários do CadÚnico e do SUAS, integrando diversas secretarias de estado (a exemplo das SECULT, SEC, SSP e SJDHDS) e outras ações do Sistema de Justiça, através do Ministério Público e da Defensoria Pública.

V. JUVENTUDE

- **Mais futuro, Partiu Estágio e Primeiro Emprego:** Reafirmar e ampliar os três principais programas para juventude criados pelo Governo Estadual, garantindo a inserção dos diversos segmentos da população mais carente;
- **Centro de Referência da Juventude:** Conceber as Escolas Culturais como locus de referência para a juventude que se encontra em estado de vulnerabilidade econômica e social, ao mesmo tempo criando um Centro de Referência central que possa servir de espaço de formulação, troca de experiência e de monitoramento das atividades territoriais;
- **Jovem na Tela:** Implantar um programa de comunicação (via redes sociais e TVE/IRDEB) para a juventude, com a participação, a linguagem e a temática do universo das juventudes;
- **Prêmio Posse:** A ser feito com a Secretaria de Cultura e as Escolas Culturais, promovendo Festivais de Linguagem Jovem Popular, com premiações na área de grafite, hip-hop e dança de rua, por exemplo. Neste sentido, estruturar melhor a Casa do Hip-Hop para incentivar essas práticas culturais;
- **Mais Grafite: a Escola é nossa:** Ampliar o Projeto Mais Grafite para garantir a transformação da estética das estruturas escolares, tornando-as mais aprazíveis e identificadas com a linguagem jovem;
- **ID Jovem mais forte** Expandir o ID Jovem na perspectiva de maior garantia de acesso aos bens culturais e esportivos.

VI. CRIANÇA E ADOLESCENTE

- **Atendimento transversal:** Garantir a execução da política de proteção à criança e ao adolescente através do desenvolvimento das ações de promoção, proteção, defesa e participação do segmento, de forma articulada com as demais políticas públicas. Apoiar a implantação do SIPIA, da Escola de Conselhos da Bahia e do Comitê de Participação de Adolescentes;
- **Medidas socioeducativas:** Consolidar a implementação do SINASE e fortalecer o Sistema de Garantia de Direitos (SGD). Qualificar e ampliar as vagas no Sistema e regionalizar o atendimento, a exemplo da construção da nova CASE, em Vitória da Conquista. Investir nas medidas de Meio Aberto e em ações de ressocialização.

VII. POLÍTICA SOBRE DROGAS

- Viver Sem Drogas: Fortalecer a política de acolhimento e reinserção social de pessoas com problemas decorrente do abuso de drogas, através da oferta de atendimento para 9600 pessoas, até 2022, através de entidades contratadas em todo o Estado, na modalidade de Comunidades Terapêuticas e afins. Ao mesmo tempo, reforçar as estratégias de redução de danos, através do Programa Corra pro Abraço, assegurando um vasto leque de formas de enfrentamento ao problema do uso abusivo de substâncias psicoativas;
- Plano Estadual de Redução de Danos: Incentivar a criação de Centros de Referência em Redução de Riscos e Danos Sociais e à Saúde, como equipamento de atenção especializado para a promoção e defesa dos direitos dos usuários e usuárias de drogas;
- Programas de Inclusão Produtiva: Desenvolver ações para inclusão no mercado de trabalho ou nas iniciativas de economia solidária e agricultura familiar para usuários e usuárias de drogas que desejam superar as suas situações de vulnerabilidade social.

VIII. PESSOA IDOSA

- **Brasil amigo da pessoa idosa:** Contribuir para que sejam estabelecidas, na Bahia, as estratégias da política nacional que tem como foco o público inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais;
- **Gratuidade no transporte INTERMUNICIPAL:** Com vista a atender às necessidades de deslocamento dos idosos residentes nos municípios da Bahia;
- **Conselhos Municipais do Idoso:** Incentivar, através do Conselho Estadual do Idoso, a criação e a difusão dos Conselhos Municipais (CMI), articulando também as instituições e atividades que fortalecem o movimento dos idosos;
- **Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa:** Promover as atividades estaduais preparatórias para a Conferência Nacional.

IX. POLÍTICAS LGBTI

- **Centro de Referência e Defesa dos Direitos LGBTI e Rede de Enfrentamento à Violência contra LGBTI:** Instituir o Centro com a função de ser o organismo gestor da Rede de Enfrentamento à Violência contra LGBTI, assim como órgão orientador e estimulador da municipalização das políticas públicas LGBTI, servindo ainda de referência ao atendimento especializado para a população LGBTI vítima de violência, seus familiares e amigos. Instituir, ainda a Rede como forma de regulamentar o Pacto Nacional de Enfrentamento à LGBTIfobia, presente na Portaria nº. 766/13, que institui o Sistema Nacional LGBTI, para estruturar e aprimorar os serviços públicos baianos à população LGBTI e de proteção das suas vidas;
- **Conselho Estadual LGBTI:** Investir na estrutura e na qualificação do Conselho, como forma de assegurar o controle social e a participação democrática, assim como no apoio a eventos realizados pelas organizações e coletividades LGBTI+ na Bahia;
- **Inclusão produtiva das LGBTI:** Promover políticas que ampliem o acesso ao crédito, ao micro-crédito produtivo e à economia solidária e cooperativista, garantindo a autonomia das LGBTI, e estimular formas de geração de empregos formais diminuindo a precarização das LGBTI no mundo do trabalho.

X. PESSOAS COM DEFICIÊNCIA - PCD

- Programa Bahia Mais Acessível: Realizar ações que garantam a acessibilidade em suas múltiplas dimensões (arquitetônica, comunicacional, atitudinal, programática, metodológica, instrumental e natural), indo além da ideia de que acessibilidade limita-se a penas a construir rampas ou pisos táteis. A proposta se traduz, na prática, em políticas que visam assegurar a mobilidade, o acesso à comunicação, a escola, a formação profissional, o estudo de libras, a saúde, o esporte e lazer, a campanhas de visibilização, a promoção da inclusão social etc;
- Incentivo à Produção de Serviços e Tecnologias Assistivas: Fomentar a instalação de um pólo produtor de tecnologias assistivas e de assistência técnica no estado da Bahia, para facilitar o acesso a equipamentos tecnologicamente adaptados às necessidades das pessoas com deficiência, proporcionando a elas mais independência e qualidade de vida;
- Conferência Estadual da Pessoa com Deficiência: Realizar a Conferência Estadual, com o propósito de debater a política para o setor, sensibilizar os municípios para a temática, e criar e fortalecer os conselhos municipais.

XI. MULHERES

COMBATE, ENFRENTAMENTO E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

- Implementar programas de prevenção da Violência contra as Mulheres urbanas e do campo, por meio de ações educativas e de comunicação, articulando com as demais secretarias do Estado;
- Desenvolver ações para ampliar o número de municípios que assinam o Pacto Nacional de Violência contra as Mulheres, a partir de ação conjunta com a UPB e os Consórcios;
- Garantir a manutenção e regionalização das estruturas de rede de enfrentamento a violência como: Casa de Abrigamento, Programa Viver e Defensorias Públicas;
- Assegurar uma política de atenção, cuidado e proteção para as mulheres em situação de privação de liberdade, com o objetivo de conter as inúmeras violências que as mesmas estão submetidas;
- Elaborar programa de metas em conjunto com as demais instituições do sistema de justiça e saúde, para a redução dos homicídios de mulheres, com monitoramento, avaliação e indicadores de resultado;

- Garantir a universalização o registro das notificações compulsórias e capacitação dos profissionais de saúde para atendimento às mulheres e correta alimentação do sistema;
- Promover capacitação continuada em gênero dos servidores, especialmente daqueles em atuação na rede de enfrentamento à violência contra a Mulher;
- Ofertar capacitação continuada no enfrentamento ao feminicídio para gestores, educadores, juízes, promotores de justiça, delegados, agentes, policiais e demais servidores públicos e funcionários que atuam na rede de atendimento ou em programas e órgãos ligados à temática;
- Criação de bancos de dados disponíveis em órgãos públicos estaduais com informações estatísticas padronizadas, consistentes e confiáveis sobre a violência contra a mulher, considerando a Lei da Transparência.

PROMOÇÃO DA AUTONOMIA ECONÔMICA E POLÍTICA

- Implementar ações de inclusão produtiva das mulheres, a partir dos programas existentes, a exemplo do Vida Melhor Urbano, Qualifica Bahia, Bahia Produtiva, Empreendimentos de Economia Solidária;
- Assumir a agenda da ONU de trabalho sobre as questões de gênero/raça e estimular a iniciativa privada a adotá-lo;
- Promover ações transversais com secretarias voltadas para a qualificação de mulheres, ampliando e qualificando sua inserção no mercado de trabalho;
- Implantar o Projeto Mulheres Produtivas que visa dar apoio a mulheres por meio de pequenos equipamentos, a exemplo de despulpadoras de frutas, liquidificadores industriais, cozinha industrial e computadores e assistência técnica;
- Criar programas para promoção do etno-desenvolvimento e a autonomia das mulheres do campo através da organização produtiva e econômica, assim como a implementação de uma política ampla de acesso à terra para as mulheres rurais;
- Fortalecer programas para mulheres de comunidades tradicionais das águas e das florestas, garantindo a qualificação e apoio técnico para essas, fomentando o apoio à mandiocultura e ampliação de projetos como: casas de farinhas móveis, cultivo coletivo de ostras e marisqueiras;
- Implantar o Programa Mulheres nas Ciências que visa apoiar e ampliar a participação das mulheres na área das Ciências Exatas (STEM), desde o Ensino Médio até a universidade e na direção de grupos de pesquisa, em parceria com a SEC e SECTI a partir de parcerias com organismos nacionais e internacionais;
- Consolidar as políticas de promoção de equidade e de igualdade, direitos humanos, por meio do fortalecimento das secretarias estratégicas com aumento de financiamentos para essas políticas, sobretudo a Secretária de Mulheres e Igualdade Racial;
- Apoiar a implementação e capacitação dos Conselhos Municipais de Políticas Públicas para Mulheres.

XII. IGUALDADE RACIAL

PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

- Criação do Programa Estadual de Combate ao Racismo Institucional;
- Regulamentar os capítulos do Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa (Lei 20785/2014), como forma de garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, defesa de direitos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e demais formas de intolerância racial e religiosa;
- Implementar o Sistema Estadual de Promoção da Igualdade Racial (SISEPIR), dando ênfase ao fortalecimento dos Órgãos Municipais de Promoção da Igualdade Racial e suas estruturas Colegiadas.

POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

- Realizar o mapeamento dos Povos de Terreiros e das Religiões de Matriz Africana no âmbito do estado da Bahia, abarcando todos os Territórios de Identidade, para subsidiar a execução das políticas de combate a intolerância religiosa consignadas no Estatuto da Igualdade Racial e no Plano Estadual de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (2016/2019);
- Fortalecer a estrutura para melhoria de atendimento do Centro de Referência de Combate ao Racismo e à Intolerância Religiosa Nelson Mandela;
- Implementar o Plano de Ação da Década, proposto pela Assembleia Geral da ONU, que proclamou o período entre 2015 e 2024 como a Década Internacional de Afrodescendentes, apresentando a necessidade de reforçar a cooperação nacional, regional e internacional em relação ao pleno aproveitamento dos direitos econômicos, sociais, culturais, civis e políticos de pessoas afrodescendentes, bem como sua participação plena e igualitária em todos os aspectos da sociedade;
- Salvar o patrimônio material e imaterial, garantindo a reforma dos Espaços Sagrados da Religiosidade de Matriz Africana, conforme compromissos e iniciativas pactuadas no Plano Estadual de desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

POVOS INDÍGENAS

- **Política Estadual para Povos Indígenas:** Formular e criar, mediante processo participativo, a Política Estadual para Povos Indígenas, de forma a regulamentar a atuação do Governo Estadual no que se refere ao art. 291 da Constituição Estadual, que trata da questão indígena;
- **Capacitação para gestão:** Promover cursos e capacitações para membros de comunidades indígenas, buscando: a) qualificar as suas organizações para elaborar e submeter projetos a editais públicos (de produtividade, de etnoturismo, de etnodesenvolvimento e de preservação ambiental); b) aprimorar a capacidade de gestão comunitária, o associativismo e o cooperativismo, conforme as exigências tecno-burocráticas;
- **Editais específicos para Povos Indígenas:** Manter e ampliar os editais de produtividade e desenvolvimento sustentável da SDR voltados especificamente para as comunidades indígenas, e lançar editais de Cultura (SECULT), Turismo (SETUR) e Promoção da Igualdade Racial (SEPROMI) direcionados exclusivamente aos povos indígenas;
- **Direitos Humanos e mediação de conflitos:** Criar e desenvolver mecanismos estatais de mediação de conflitos fundiários envolvendo povos indígenas, bem como fomentar a atuação do terceiro setor neste sentido, com base no respeito aos Direitos Humanos e na sensibilização dos diversos agentes sobre a necessidade de promover, garantir e defender os direitos indígenas.

DIREITOS HUMANOS E CULTURA DE PAZ

- **Memória e Verdade pela Democracia:** Fortalecer o compromisso com a democracia envolve a necessidade de refletir sobre os momentos históricos de violação de direitos tanto políticos como sociais em nosso Estado, a exemplo da época da escravidão e dos períodos de exceção. A sociedade e o governo devem incentivar o debate sobre o arbítrio e a democracia através de seminários, da produção literária e acadêmica, e de memoriais;
- **Política Estadual de Defesa Social:** Fortalecer os programas que contemplam a proteção à vida, os mecanismos de prevenção à tortura e outras violências e, sobretudo, a disseminação de uma cultura de paz, de acolhimento de usuários de substâncias psicoativas e de pessoas em situação de rua e de inserção social de jovens negros e pobres em situação de risco social;
- **Direitos Humanos para vencer o ódio:** Ampliar as ações de prevenção e enfrentamento à intolerância religiosa, à LGBTIfobia, à discriminação racial, à xenofobia e à misoginia, por meio das ações de educação e comunicação em Direitos Humanos com promoção de campanhas publicitárias, bem como através da formação continuada de servidores, beneficiários de programas sociais e instituições de ensino;
- **Mediação de conflitos e acesso à Justiça:** Estimular as iniciativas de promoção de comunicação não violenta e de mediação de conflitos nas comunidades e promover ações que garantam o acesso à justiça, por meio de Balcão de Justiça e Defensorias, estimulando soluções negociadas e a aplicação de medidas alternativas de reparação;

- **Diálogo, participação e transparência** – Investir na formação das organizações de direitos humanos e no fortalecimento do Conselho Estadual para assegurar o diálogo e as iniciativas de participação social, mantendo uma relação de transparência nas informações sobre o tema.

XIII. INCLUSÃO PRODUTIVA, ECONOMIA SOLIDÁRIA E MUNDO DO TRABALHO

- Implantar o Programa estadual de promoção da qualificação profissional e do emprego, trabalho e renda, que deverá articular a oferta e a demanda de mão de obra qualificada no estado da Bahia, otimizando o acesso a oportunidades de emprego, trabalho e renda, articulando as diversas experiências existentes nas estruturas públicas e privadas;
- Consolidar e ampliar o Programa Bahia Solidária através do empreendedorismo familiar, do associativismo e cooperativismo solidário, integrando ações de acesso a crédito, assistência técnica continuada, difusão e inovação tecnológica e comercialização;
- Fortalecer, valorizar e apoiar as experiências de finanças solidárias e as cooperativas de crédito como uma estratégia de desenvolvendo territorial, com vistas a facilitar o crescimento das mais diversas cadeias produtivas, garantindo orçamento específico;
- Estruturar formação e capacitação de cooperativas e equipamentos solidários e apoio na dinamização da demanda a partir das compras públicas;
- Realização da Conferência Estadual do Mundo do Trabalho e fortalecimento de órgãos colegiados com a participação da sociedade civil.

XIV. ESPORTE E LAZER

- Criação do Programa Esporte Por Toda Parte - ação integrada de governo a partir das Olimpíadas Estudantis e dos programas de esporte e lazer nos Territórios de Identidade, utilizando os equipamentos esportivos (quadras poliesportivas cobertas, piscinas, pistas de atletismo, centros de canoagem, de boxe, de judô, ginásios, campos de futebol) para garantir que as Olimpíadas sejam fator de integração entre as cidades, com eliminatórias regionais que promovam a competição como estímulo à participação no esporte, em parceria com a SEC, SETRE/SUDESB, SJDHDS e IRDEB;
- Realização, na Bahia, dos Jogos Universitários Brasileiros 2019, em parceria com a Confederação de Esporte Universitário Brasileiro – CBDU nas cidades de Salvador, Camaçari, Lauro de Freitas e Simões Filho. Parceria com SEC e IRDEB;
- Implantar um Centro Multidisciplinar de apoio aos atletas e para-atletas no Estádio Roberto Santos, em Pituaçu, em parceria com a Universidade Federal da Bahia, visando oferecer serviços de atendimento médico, fisioterapia, nutricionista e psicológico aos atletas de alto rendimento, que detenham os maiores rankings estaduais, nacionais e federais;
- Retomar a implantação do Censo do Esporte na Bahia e do Museu baiano do Esporte em parceria com as instituições de pesquisa, Federações e Organizações esportivas e empresas privadas apoiadoras do Esporte em nosso Estado;
- Ampliar a infraestrutura esportiva do estado da Bahia em parceria com as Federações e Confederações, do Ministério do Esporte e Comitê Olímpico Brasileiro;
- Fortalecer e ampliar o Programa de Esporte e Lazer da Cidade – PELC em parceria com os municípios baianos para realização de atividades físicas, esportivas e culturais para as comunidades carentes dos diversos municípios baianos;
- Estabelecer com os municípios baianos o conveniamento para realização de eventos esportivos diversos que amplie estas atividades por todo o território baiano. Neste sentido valorizar e fortalecer os consórcios intermunicipais como parceiros para eventos de natureza intermunicipais, territoriais e regionais;
- Implantação do Centro de Boxe – Itapagipe, Salvador.

XV. CULTURA

- Requalificar e ampliar os espaços culturais existentes e criação do Centro Cultural de Cajazeiras, tornando-os economicamente sustentáveis e turisticamente atrativos, com grade de programação, com incentivo e promoção dos projetos auto organizados com expressões da cultura livre (hip hop, grafite e outros);
- Qualificar as políticas e os instrumentos de fomento para assegurar a execução de programas estruturantes governamentais, bem como a descentralização e democratização dos recursos para atendimento pleno da diversidade e identidade da sociedade baiana;
- Desenvolver, em parceria com os municípios e consórcios territoriais, polos de cultura com vistas ao fortalecimento das diversas linguagens artísticas em todo o Estado e a utilização pública de equipamentos culturais;
- Desenvolver uma política de formação artística e cultural no estado, ampliando as ações formativas do Centro de Formação em Artes da Fundação Cultural do Estado da Bahia, dos cursos oferecidos pela Fundação Pedro Calmon e retomando o programa Qualicultura (Programa de Qualificação em Elaboração e Gestão de Projetos Culturais), com a criação núcleos territoriais com parcerias de municípios, universidades e instituições da sociedade civil;
- Reestruturar o Centro de Culturas Populares e Identitárias (CCPI), transformando-o em uma unidade vinculada ou superintendência, dando-lhe condições para o funcionamento e cumprimento das suas funções em todo o Estado;
- Criação do centro de referência em engenharia do Espetáculo.

XVI. DESENVOLVIMENTO URBANO E MOBILIDADE

Um dos maiores desafios para o viver bem é a mobilidade urbana, principalmente nas médias e grandes cidades. É preciso garantir a infraestrutura de mobilidade sustentável, priorizando os modais com energia limpa, reduzindo o tempo de deslocamento das pessoas e constituindo novas rotas de acessibilidade nas cidades.

EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE PÚBLICO, PRIORIZANDO OS DE ALTA E MÉDIA CAPACIDADE

- Implantar o Tramo 3 da Linha 1 do Metrô, que ligará da Estação Acesso Norte até Cajazeiras, garantindo a ampliação do Metrô de Salvador – Lauro de Freitas;
- Implantar o VLT / Monotrilho de Salvador a Simões Filho, a fim de melhorar as condições de mobilidade requalificando o trem do Subúrbio e ampliando o acesso da população do Subúrbio e Simões Filho;
- Produzir o estudo de sistemas de infraestrutura para a mobilidade e transporte público nas cidades de médio porte;
- Promover o estudo de implantação do Trem Rápido Misto Salvador - Feira de Santana.

IMPLANTAÇÃO DE VIAS DE ACESSO

- Finalizar a construção do corredor I – Linha Azul, sendo a duplicação da Avenida Gal Costa e a implantação de via de ligação Lobato/ Pirajá;
- Finalizar a construção do corredor II – Linha Vermelha, sendo a construção de 03 viadutos ligando a Avenida Orlando Gomes à Avenida 29 de Março, com alças de ligação na Avenida Paralela e requalificação de via marginal.

PLANOS E ESTUDOS DE MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE

- Elaborar estudo de acessibilidade das áreas de cumeadas aos Corredores Transversais Azul e Vermelho, das estações do Metrô e do VLT/Monotrilho;
- Apoiar os municípios na elaboração dos seus Planos de Mobilidade, como parte integrante dos

Planos de Desenvolvimento Urbano;

- Elaborar o Plano de Mobilidade da Macrorregião de Salvador, envolvendo as Regiões Metropolitanas de Salvador e Feira de Santana, e a área de influência do Sistema do Vetor Oeste – SVO.

EQUIPAMENTO PÚBLICO

- Implantar o Complexo de Convenções em Salvador, que prevê além do Centro de Convenções, a implantação de equipamentos de suporte e negócios pela iniciativa privada como shopping center, estacionamentos, prédios empresariais.

HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

- Implementar a Política Estadual de Habitação de Interesse Social – PEHIS através de um programa de moradia que atenda a demanda habitacional de interesse social urbano e rural, com base na execução de ações diretas e/ou em parcerias com agentes promotores e financeiros públicos e privados.

IMPLANTAÇÃO DE CONTENÇÃO DE ENCOSTAS EM ÁREAS DE RISCO

- Manter e ampliar investimentos em contenção de encostas nas áreas de risco nas cidades da Bahia.

EIXO 2:

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO COM CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO. POR UMA BAHIA MAIS FORTE!

As propostas contidas neste plano estão em consonância com os interesses das forças produtivas do Estado e, buscam reafirmar e estabelecer novas parcerias para promover o desenvolvimento econômico – do micro ao grande empresário, passando pela agricultura familiar e pelas organizações e cooperativas. Destacamos ser fundamental a participação do Estado como indutor deste processo.

Partimos do princípio que o desenvolvimento resulta da ampliação da produção material, lastreada no fortalecimento e verticalização das cadeias produtivas, promovendo distribuição dos ganhos advindos, inclusão social, superação das vulnerabilidades e garantia da sustentabilidade ambiental. A provisão de infraestrutura e de logística deve focar prioritariamente em setores estratégicos, mas sempre buscando atender, de forma ampla, a todos os setores produtivos do Estado, considerando as especificidades e garantindo sustentabilidade ambiental e respeito aos povos e comunidades tradicionais.

A energia é um tema precioso. Nesta perspectiva de desenvolvimento, cabe ao governo, em parceria com o setor privado, assegurar a energia necessária para dar sustentação aos processos de produção. Contudo, mais do que garantir a energia, é preciso investir nas chamadas energias limpas, estabelecendo uma relação sustentável com o meio ambiente. É preciso avançar na construção de parques de energia solar e eólica, envolvendo e respeitando as comunidades rurais onde estes campos serão implantados.

O setor de energia eólica na Bahia está consolidado, com 109 parques em fase de operação (1886 MW) e 129 em fase de construção (2752 MW), em 24 municípios com a geração de aproximadamente 30.000 empregos em toda a cadeia produtiva. No Setor de Energia Solar, na Bahia, as ações de

fomento contribuíram para implantação de 18 parques em operação (446 MW) e 12 em construção (328MW), com investimentos totais de R\$ 3,2 bilhões, e geração de aproximadamente 23.000 empregos em toda sua cadeia produtiva.

A indústria baiana tem forte participação econômica no PIB do Estado com destaque para os setores de Petróleo e Gás, Química e Petroquímica, Energias Renováveis, Mineração, Agroindústria, Informática e Automobilístico. Grande parte desse desempenho econômico do estado, nos últimos dez anos, resulta das ações de governo de apoiar a implantação e ampliação desses investimentos. Atualmente, o Governo da Bahia incentiva um total de 830 empreendimentos através dos seus principais programas (Desenvolve, ProBahia, Ativo Fixo e Informática).

No setor mineral, a Bahia alcançou 100% do seu território coberto com o levantamento aerogeofísico de alta resolução, atingindo o pleno conhecimento geológico de suas áreas e viabilizando importantes descobertas, como as de níquel e cobre no prospecto Caboclo dos Mangueiros (Pilão Arcado-Campo Alegre de Lourdes), com recursos de níquel e cobre estimados em 200 milhões de toneladas e perspectivas de alcançar até 490 milhões de toneladas. Destaca-se o prospecto Jurema Leste, constituído por cinco alvos de pesquisa para ouro e os de minério de ferro na região de Paratinga, com recursos mínimos da ordem de 150 milhões de toneladas, podendo chegar a 400 milhões de toneladas.

Implantação do polo ceramista de Barreiros, para realocação de 15 indústrias cerâmicas instaladas no centro urbano do distrito, no município de Riachão do Jacuípe, para a sede do município, com recursos aplicados no valor de R\$ 3,03 milhões beneficiando cerca de 25 produtores locais.

A área de comércio e serviços, setor que representa 69,6% do PIB da Bahia (Fonte: SEI/2015), chega a ocupar 76,7% dos trabalhadores baianos (Fonte: SEI/2016). Nos últimos anos, o Governo da Bahia ampliou e manteve o diálogo permanente com as representações setoriais no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Industrial e Comercial (CDIC), e, também, através do Fórum das Micro e Pequenas, que reúne mais de 30 entidades públicas e privadas no processo de construção de políticas públicas para o desenvolvimento do segmento. A atenção do Governo da Bahia para este setor se materializou na intensificação nas ações de fomento aos pequenos negócios, incentivando projetos que proporcionaram o aumento da competitividade e dos níveis de inovação de mais de 3.000 empresas e empreendedores locais.

Entre 2011-2014, foi iniciada a efetiva implantação da Redesim (Rede para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios), a primeira etapa do trabalho envolveu 38 municípios com destaque para a implantação do sistema em Feira de Santana, Santo Antônio de Jesus, Porto Seguro e Jequié. No período de 2015-2018, o projeto de implantação da Redesim, em continuidade, obteve 39 convênios assinados, incluindo Salvador e 04 municípios integrados. Com a informatização do processo e uma gestão intensificada do acompanhamento e monitoramento dos prazos e tempos de tramitação, a Juceb reduziu seus tempos médios de tramitação. Em 2017, se considerarmos todas as naturezas jurídicas e todos os atos processados, o tempo médio de serviço foi de 1,8 dia. Se compararmos ao exercício de 2014, no início da atual gestão, a autarquia passou a realizar os seus serviços 45,5% mais rápido, haja vista que a média daquele ano foi 3,3 dias. Hoje, o projeto Redesim atinge o total de 148 municípios integrados, sendo que do total conveniado, 59 municípios estão na condição dos cem maiores PIBs.

Mas a economia baiana se ressentida da quebra de confiança que se abateu sobre o Brasil, a partir de 2016, e que tem dificultado a superação da crise. O desemprego que atinge a classe trabalhadora, e a consequente dificuldade de dinamização do consumo que aflige os empresários baianos, resulta de uma fratura imposta à nossa jovem democracia. Isso só se reverterá com a realização de eleições diretas, limpas e legítimas, e a recomposição da moldura constitucional, sem a qual a fragilidade das instituições se torna evidente.

Na comunicação pública, os avanços da TVE e da Rádio Educadora FM ampliaram a repercussão na sociedade baiana e brasileira com conteúdos que valorizam a Bahia, suas tradições e suas realidades. Houve aumento significativo de conteúdos inéditos de representação da capital e do interior nas telas da tevê e ondas do rádio, através do esporte, música, cultura, educação e informação. A TV pública passou a ser “A Casa do Futebol Baiano” com a transmissão exclusiva de seis campeonatos de futebol. A transmissão de mais de 30 jogos por ano da Série B, Feminino, Sub-20, Juvenil, Copa 2 de Julho e o Campeonato Intermunicipal transformou a emissora na maior exibidora de futebol regional do país. Foi a única emissora de TV aberta na Bahia a transmitir os Jogos Paralímpicos do Rio 2016 e a Liga Nacional de Basquete.

Neste próximo mandato (2019-2022), precisamos avançar ainda mais na estruturação das políticas de comunicação que serão sempre articuladas de forma transversal com as diversas áreas, da cultura à ciência, dos direitos humanos à agricultura familiar e agroecologia, do meio ambiente à tecnologia e inovação. As ações de comunicação impactam e são impactadas pelas demais iniciativas e políticas públicas do governo.

A Bahia tem seu potencial assentado na sua diversidade. Sua cultura, dinamismo econômico e marcante ruralidade proporcionam diferentes oportunidades de inclusão produtiva, geração de renda, inclusão, desenvolvimento sustentável e cidadania.

O rural baiano é formado por dois polos bastante dinâmicos: o agronegócio, com a força dos grãos, grutas, algodão, pecuária; e os pequenos municípios e suas populações, com forte produção de alimentos, cultura, vida e possibilidades de um futuro mais sustentável. As populações, comunidades tradicionais e a agricultura familiar predominam nesse cenário, sendo representadas por 730 mil famílias (IBGE, Censo 2018).

Desenvolver a agricultura familiar e a agronegócio é tornar a Bahia ainda mais forte. As políticas públicas implementadas nos últimos 12 anos incorporaram o conceito mais contemporâneo de ruralidade, que reconhece a magnitude, relevância e potencialidade, seja na produção de alimentos, na preservação do meio ambiente, seja na geração de oportunidades de vida para milhares de baianos.

Além da intensificação e qualificação dos investimentos em infraestrutura, saúde, educação, foi criada uma Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), com o papel de melhor organizar as ações de governo para dinamização econômica e inclusão produtiva nos municípios rurais. Essa ação articulada aplicou R\$ 1,3 bilhão no fomento à produção, acesso a água, assistência técnica, moradia e implantação de agroindústrias familiares.

A agricultura familiar merece mais. Mais recursos, mais apoio e mais oportunidades que gerem cidadania, mais renda, mais desenvolvimento e dinamismo econômico e social. Princípios como sustentabilidade, respeito, diálogo, participação social, agroecologia, respeito à diversidade de gênero e à convivência com os diferentes biomas, em especial, o Semiárido, são componentes importantes que fazem parte das políticas que serão desenvolvidas, ampliadas e qualificadas no período 2019-2022. Isso inclui ações estruturantes, que deverão ampliar ainda mais o desenvolvimento rural na Bahia.

Não se pode esquecer que os serviços de saúde, segurança pública e saneamento continuarão a ser ampliados, espalhando para todos os Territórios de Identidade da Bahia, o acesso fácil aos serviços públicos essenciais.

A pobreza ainda não foi erradicada em nosso estado e, por isso, atenção especial continuará sendo dada ao reforço à segurança alimentar e nutricional nas nossas ações, assim como a garantia de acesso a água de consumo humano e produção, bens essenciais à vida.

Para executar políticas públicas consistentes e duradouras, serão reforçadas e ampliadas as estruturas públicas de governança, responsáveis pelas políticas de acesso a terra, assistência técnica e extensão rural, economia solidária e educação do campo. Outra importante estratégia é a consolidação de ações e programas através da instituição de marcos legais, garantindo estabilidade, permanência e garantias de sua aplicação e resultados.

A cadeia produtiva do turismo movimenta 53 segmentos, por meio de atividades diretas, indiretas e induzidas, com ênfase nas principais geradoras de empregos diretos: hotelaria, agências de turismo, companhias aéreas, transportadoras turísticas e serviços afins, restaurantes, empreendimentos de lazer, comércio, artesanato, serviços. Em todo o país, a geração de emprego e renda com a atividade turística beneficia 7 milhões de pessoas.

Segundo a Organização Mundial do Turismo, o setor tem papel fundamental na recuperação da economia. O turismo contribui para gerar emprego e renda, bem como para a saúde da balança comercial. Mesmo em um cenário econômico conturbado, o turismo tem se mostrado um setor confiável para investimentos e, nesse sentido, torna-se um ponto de apoio e de otimismo para a economia brasileira.

Países, a exemplo de Portugal e Espanha, que priorizaram o turismo colhem hoje excelentes resultados. Em 2017, 82 milhões de viajantes foram atraídos à Espanha por seu clima quente, excelentes praias, cultura vibrante e eficiente rede de transporte. Isso faz com que a Espanha seja o segundo país mais visitado em todo o mundo. Segundo o governo espanhol, a arrecadação crescente chega a 87 bilhões de euros/ano com os turistas.

Estrategicamente, faz-se necessário ampliar a divulgação da Bahia nos mercados nacional e internacional. A promoção do destino Bahia proporcionará incremento do fluxo turístico e consequente fortalecimento de toda a sua cadeia produtiva, bem como geração de novos investimentos para o estado.

Aumentar o número de turistas, por meio da ampliação da oferta de voos, e rotas regionais; da atração de novos investimentos; do estímulo à regionalização do turismo; da oferta de serviços qualificados; da conscientização das comunidades quanto à importância desse segmento na economia baiana, fazem parte das propostas delineadas.

Faz-se necessário garantir a segurança hídrica para os momentos conjunturais críticos que se tem vivenciado e projetar-se para o futuro com sustentabilidade para todos os biomas do Estado. Esta é a diretriz principal proposta para o próximo quadriênio. Com foco no aproveitamento dos recursos hídricos locais, onde a oferta potencial é maior que a demanda, indicam-se projetos e obras para aproveitamento dos mananciais de superfície e subterrâneos; e a ampliação da oferta de água nas regiões onde a demanda é maior que a oferta local, indicam-se ações para utilização dos mananciais, principalmente do Rio São Francisco e dos aquíferos de Tucano e Recôncavo. Pontos de atenção, mais críticos, identificados no período 2015-2018, motivaram uma leitura e resposta, prevenindo e evitando a reincidência da crise, apresentando alternativas de opções de infraestrutura hídrica.

Na perspectiva de reduzir a proliferação de doenças e o nível de poluição provocada pelos efluentes lançados no meio ambiente, ao lado das ações de abastecimento de água, o Programa Água para Todos contempla, também, as ações de ampliação da cobertura do esgotamento sanitário, não menos importantes. A ampliação do acesso aos serviços de esgotamento sanitário é um desafio. Neste exercício, foram implantadas 82.977 ligações de esgoto, atendendo a 303,5 mil habitantes nos mais diversos territórios do estado.

O fortalecimento de uma economia como a baiana precisa de fortes investimentos em infraestrutura e logística. E assim foi conduzido pelo Governo da Bahia, a exemplo do que se fez

com o asfaltamento das rodovias baianas; investimento próprio e em parceria para se estruturar aeroportos e aeródromos; fibra ótica; energização do rural e do urbano; investimento em formação de profissional em parceria com Universidades e com o Sistema S; busca por atração de investimento internacional.

Enfim, o Governo da Bahia fez o seu dever de casa para amparar o estado com infraestrutura, logística e fomento junto aos pequenos, médios e grandes investidores. Este documento apresenta as principais propostas para incrementar o processo de desenvolvimento do estado, com sustentabilidade.

PROPOSTAS PARA O EIXO 2

I. INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS

- Construir e recuperar, até 2022, 4 mil quilômetros de extensão de rodovias baianas. As intervenções irão contribuir para o desenvolvimento econômico e melhorar a logística de transporte do território baiano;
- Implantação das usinas de asfalto, equipando os consórcios de infraestrutura, que estiverem em pleno funcionamento e com a participação efetiva da maioria dos municípios consorciados;

CONSTRUÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DE AEROPORTOS

- Construir o Aeroporto de Bom Jesus da Lapa;
- Construção do Aeroporto de Senhor do Bonfim;
- Requalificação do Aeroporto de Feira de Santana;
- Requalificação do Aeroporto de Barreiras;
- Requalificação do Aeroporto de Teixeira de Freitas;
- Requalificação do Aeroporto de Ilhéus.

TERMINAIS HIDROVIÁRIOS

- Reforma e recuperação do Atracadouro de Cajaíba, em Camamu. As intervenções vão trazer uma melhoria no transporte para a população e crescimento do turismo. Serão beneficiados cerca de 250 mil habitantes dos municípios de Itacaré, Ituberá, Valença, Barra Grande, Marau e Camamu;
- Recuperação do Atracadouro Porto do Cajá, em Maragogipe. As intervenções vão beneficiar mais de 46 mil pessoas dos municípios de Santo Antônio de Jesus, Cruz das Almas e Maragogipe;
- Requalificação do atracadouro de Salinas. As intervenções vão beneficiar o desenvolvimento econômico e o turismo na região;
- Concluir os serviços de dragagem e derrocagem do canal de navegação do Terminal Marítimo de Mar Grande, no município de Vera Cruz;
- Finalizar a construção da Ponte Ilhéus-Pontal. O equipamento vai beneficiar cerca de 500 mil habitantes dos municípios de Itabuna, Una, Canavieiras, Buerarema, Itacaré e Uruçuca, junto com Ilhéus. As atividades econômicas contempladas serão o escoamento da produção agrícola, principalmente do Cacau e o turismo na região;
- Concluir a construção da ponte sobre o Rio São Francisco, que liga Xique-Xique a Barra, por meio da Parceria Público Privado. Além de Barra e Xique-Xique, municípios como Gentio do Ouro, Ibotirama, Barreiras e Irecê também serão contemplados com as intervenções. A obra também vai contribuir para o desenvolvimento do turismo, do agronegócio e na atração de novos investimentos no setor de energia eólica na região.

SISTEMA DE TRANSPORTE E EQUIPAMENTO METROPOLITANO

- Implantar a Nova Rodoviária de Salvador, em Cajazeiras. O terminal tem a expectativa de receber 39 mil usuários por dia. O equipamento prevê a integração dos diversos modais de mobilidade, como o Metrô, ônibus urbanos e metropolitanos;
- Garantir a melhoria do Sistema de Transporte Metropolitanos, através da renovação da frota que deverá contar com mais de 350 ônibus com que itens de acessibilidade, wi-fi, GPS e ar condicionado, será integrada com o Metrô de Salvador.

PROJETOS ESTRUTURANTES

- **Implantar o Sistema Viário Oeste – Ponte Salvador-Itaparica:** A Ponte terá cerca de 12,3 km de extensão. Prevê a requalificação e duplicação da atual rodovia BA 001 e melhorias ao longo do projeto em vários pontos;
- **Ferrovia de Integração Oeste Leste – FIOLE:** Manter o acompanhamento junto ao Governo Federal, aportando investimentos para estudos prioritários a fim de garantir a implantação da Ferrovia;
- **Implantação do Porto Sul:** O projeto do Porto está integrado com a implantação da FIOLE. Estão planejadas a realização das obras de infraestrutura viária, acessos e construção de ponte sobre Rio Almada. O projeto, além de possuir as licenças ambientais em vigor, possui todas as autorizações necessárias para iniciar as obras.

II. CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

- Interiorização da infovia digital da Bahia com pontos de distribuição para os 10 Macroterritórios de Identidade;
- Reestruturação, ampliação e publicização do Parque Tecnológico da Bahia;
- Programa de Incubação e Apoio a startups – Bahia Inovativa;
- Condomínio de Inovação e Economia Criativa de Base Tecnológica, no Parque Tecnológico (em parceria com MCTIC);
- Implantação da Incubadora do Mar, no antigo espaço interativo da Ribeira, em parceria com universidades, como extensão do Parque Tecnológico (com recursos do MCTIC na conta);
- Implantação do Instituto de Tecnologia Social (Ceped), em parceria com SDR, SETRE e universidades estaduais;
- Implantação de Institutos de Ciência e Tecnologia, em parceria com a SDR, SETRE e universidades estaduais;
- Implantação do LabGov, em parceria com a SAEB e a PGE, para soluções de modernização da administração;
- Implantação de laboratórios compartilhados com universidades e associações comunitárias;
- Implantação de Centros Populares de Ciência e Tecnologia, em parceria com a SEC, nos macroterritórios.
- Buscar fortalecer a pesquisa voltada para o desenvolvimento através das universidades, institutos, organizações sociais, liderado pela FAPESB.

III. COMUNICAÇÃO

TELECOMUNICAÇÃO

- Garantir a acesso a sinal de celular em 100 localidades da zona, em diversos municípios, baianos, a fim de garantir o direito aos serviços de telecomunicação.

COMUNICAÇÃO PÚBLICA

- Promover a interiorização do sinal digital da TVE;
- Inserir, na programação da TV, conteúdo produzido por jovem na tv e redes sociais;
- Fortalecer o papel da comunicação pública como vetor da informação, da formação e da cultura;
- Fortalecimento da indústria audiovisual na Bahia, com fomento, promoção, capacitação e qualificação profissional;
- Fortalecimento do Conselho Estadual de Comunicação Social, como instrumento democrático de diálogo;
- Implementar uma estratégia de fortalecimento institucional e de divulgação dos veículos de comunicação pública;
- Ampliar a presença da Rádio Educadora FM, por meio de uma rede de rádios públicas no interior.

IV. DESENVOLVIMENTO RURAL

- Buscar parceria, junto a programas federais, para a construção de habitações rurais de interesse social;
- Viabilizar apoio financeiro junto a programas federais e fontes privadas para implantar tecnologias de captação de água para consumo humano e produção;
- Ampliação da ação da política de regularização fundiária, através do Programa Bahia Mais Forte-Terra Legal, em parceria com consórcios públicos, prefeituras, setor privado e entidades de ATER;
- Entrega de títulos de reconhecimento de domínio para Comunidades Remanescentes de Quilombos e regularização de áreas coletivas de Comunidades Tradicionais de Fundo e Fecho de Pasto;
- Realizar ações de Assistência Técnica que aproxime, os agricultores familiares dos estudantes e professores das Escolas Famílias Agrícolas e Casas famílias rurais;
- Executar a política estadual de ATER, por meio da ação direta, praticada pelo quadro de servidores do estado; parceria com programas federais; entidades parceiras; prefeituras; consórcio, IES, SUPROTI. Reafirmamos nossa postura de considerar a ATER como elemento básico do desenvolvimento rural, tendo como princípio a elevação da renda da população rural, a sua qualidade de vida e a transição para a agroecologia;
- Apoiar as ações das mulheres e jovens rurais para qualificar a produção, a agroindústria, o artesanato e outras atividades produtivas;
- Apresentar projeto para criação de um programa de financiamento de capital de giro para agroindústrias familiares, através da Desembahia;
- Dialogar com todas as universidades públicas para que as mesmas ofereçam a disciplina “Concepções e princípios da Educação do Campo” nos currículos das licenciaturas oferecidas;
- Buscar parceiras para ampliar a implantação de sistemas PAIS (Produção Agroecológica Integrada e Sustentável), com forte estímulo para espaços de escolas agrícolas ou escolas rurais, como estratégia de aprendizado, melhoria da segurança e soberania alimentar, e geração de renda com comercialização de excedentes;
- Fazer estudo sobre a viabilidade para se constituir um Programa Estadual de Agroindústria Familiar e de Pequeno Porte, com a criação da marca “Produtos da Bahia”;
- Fortalecer a ação da Defesa Agropecuária do Estado entendendo o seu papel no adensamento das cadeias produtivas da Bahia, que se destaca no agronegócio, na agricultura familiar e reforma agrária;
- Execução do Plano Estadual de Economia Solidária;
- Implantação do Plano Estadual de Convivência com o Semiárido Baiano;
- Implantação da Política Estadual de Agroecologia;
- Implantação de um Programa Estadual de Sementes e Mudas Crioulas;
- Apoiar a ampliação do número de Feiras Agroecológicas/orgânicas;
- Realizar e estimular compras institucionais de produtos da Agricultura Familiar - PAA Bahia;

- Fazer um estudo para analisar viabilidade para a constituição de uma Política Estadual de Abastecimento Alimentar;
- Estudar a viabilidade de se implantar na Bahia um Observatório da Agricultura Familiar e Reforma Agrária;
- Buscar parcerias para se Implantar um Programa Estadual de Juventude Rural;
- Ampliar e fortalecer o programa estadual de mecanização rural, para buscar fazer melhor uso da patrulha mecanizada existente no rural baiano, constituída ao longo dos últimos 10 anos;
- Consolidar o sistema de ATER em bases agroecológicas, estratégias de formação permanente, nos diversos Biomas do Estado, visando a segurança alimentar, a melhoria da renda e consequente melhoria de vida para as famílias rurais;
- Adotar mecanismos de incentivo à Economia Solidária, a fim de fortalecer os existentes e estudar a viabilidade da criação, manutenção e o desenvolvimento do sistema cooperativo do Estado da Bahia;
- Desenvolver uma política de Ciência, Tecnologia e Inovação, estimulando projetos de pesquisa e extensão junto às instituições de Educação Profissional e Ensino Superior que atendam às demandas da Agricultura Familiar e Povos e Comunidades Tradicionais, criando um Sistema de Informação da Agricultura Familiar - SIAF que represente a diversidade do segmento;
- Realizar estudo sobre a viabilidade da implantação do Serviço Territorial de Defesa Agropecuária, alinhando a política pública de Defesa com o modelo de gestão administrativa e execução das políticas públicas do Estado da Bahia;
- Consolidação da política de Biofábrica na Bahia, destacando a ação com foco na de Criação de Inimigos Naturais como suporte ao Manejo de Pragas da fruticultura;
- Estruturar e fortalecer unidades de beneficiamento/agroindustrialização da agricultura familiar, com infraestrutura e condições sanitárias adequadas, na concepção associativa e cooperativista;
- Adquirir os produtos da agricultura familiar pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA;
- Apoiar a implantação dos Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional;
- Apoiar a Secretaria de Educação estadual e municipal, universidades e órgão federais, na promoção da capacitação dos gestores públicos (direção, nutricionistas, merendeiras) para a aquisição de produtos da agricultura familiar;
- Promoção e apoio técnico de eventos territoriais/municipais/estadual (feiras e exposições) que divulguem os produtos, a partir da organização e a capacidade produtiva territorial;
- Ampliar Certificação de produtos da agricultura familiar;
- Incentivar a formação de técnicos e agricultores em agroecologia e ATER, ensino superior e especialização em políticas territoriais.

V. DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO

IRRIGAÇÃO

- Desenvolver projeto para elaborar plano de consolidação dos perímetros públicos estaduais de irrigação (São José do Jacuípe, Várzea da Roça, Paulo Afonso, Ponto Novo, Ribeira do Amparo e Tucano).

AGRICULTURA

- Fomentar a cadeia da borracha natural, assegurando a conservação ambiental e fomentando o plantio de novas áreas, através de Sistemas Agroflorestais;
- Dinamizar a cadeia produtiva da fruticultura, através de recuperação de áreas tradicionais e implantação de novos polos produtivos no Semiárido;
- Incentivar a adoção de sistemas de produção sustentáveis, por meio do Programa Agricultura de Baixo Carbono – ABC, com ênfase no Oeste e Extremo Sul;
- Qualificar mão-de-obra para a produção e gestão de empreendimentos rurais.

PECUÁRIA

- Fortalecer bacias leiteiras, através de melhoramento genético, distribuição de tanques de resfriamento e qualificação de produtores, a exemplo dos Territórios de Piemonte do Paraguaçu e do Sisal;
- Promover a segurança alimentar e garantir o acesso permanente a carne de qualidade, ampliando a rede de matadores frigoríficos, a exemplo de Morro do Chapéu.

AGROINDÚSTRIA

- Atrair investimentos, visando agregar valor às cadeias produtivas da agropecuária;
- Fortalecer a agroindústria existente, por meio ordenamento e orientação para o crédito financeiro.

APOIO À COMERCIALIZAÇÃO

- Apoiar a ampliação da infraestrutura de armazenagem no Estado, através de apoio à construção de armazéns públicos, em parceria com programas federais, bem como estimulando investimentos privados;
- Estimular e apoiar a requalificação de estrutura dos Mercados do Produtor ou equivalente;

INFRAESTRUTURA

- Fortalecer as parcerias público privadas para manutenção e recuperação de estradas, construção de pontes, ferrovias e portos, a exemplo de:
- Viabilizar o traçado da BR 020 a partir do acesso de Santa Rita de Cássia, passando por Mansidão sentido Campo Alegre de Lourdes. Modernizar a BR 242 no trecho Luis Eduardo Magalhães ao entroncamento com a BR 116 com implementação de terceiras faixas. Recuperar a rodovia BA 459 (Anel da Soja);
- Concluir a Ferrovia Oeste Leste e construir o Porto Sul;
- Ampliar a capacidade do Porto de Aratu para exportação de produtos agrícolas.
- Ampliar a cobertura e distribuição de energia, de forma a suprir as demandas e permitir a instalação de novos empreendimentos como:
- Priorizar a construção da subestação de energia da Coelba para atender regiões ainda sem energia como: empresas que atuarão em Formosa do Rio Preto e, outra, em Jaborandi. Assim como para agroindústria e energia para poço, quando exigir potência mais ampla;
- Buscar apoio para melhorar a qualidade da oferta de energia existente.

VI. INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

FORTALECIMENTO E DIVERSIFICAÇÃO DA MATRIZ PRODUTIVA

- Adensar as cadeias produtivas existentes e atrair empreendimentos em setores estratégicos de acordo com as vocações regionais do Estado da Bahia, preservando a competitividade fiscal e tributária, priorizando a interiorização dos investimentos, ampliando e consolidando a estrutura de apoio à implantação de empreendimentos, fortalecendo a infraestrutura logística e energética necessária à ampliação da atividade econômica e inovando nos mecanismos de financiamento e na estruturação de fundos para atração de investimentos e desenvolvimento de novos projetos.

INCENTIVO À CONSOLIDAÇÃO DE SISTEMAS PRODUTIVOS E AO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

- Diversificar a base produtiva através do incentivo ao conteúdo local, a formação de mão de obra qualificada de acordo com as necessidades das cadeias produtivas e as vocações territoriais, da atração de novos negócios e complementaridade de produtos, serviços e insumos entre os diversos municípios, e da consolidação da política de arranjos produtivos e inovativos locais.

DINAMIZAÇÃO DA CADEIA DE COMÉRCIO E SERVIÇOS E COMPETITIVIDADE DOS PEQUENOS NEGÓCIOS

- Estimular as micro e pequenas empresas através da ampliação da rede de orientação empresarial e simplificação de abertura de empresas, da utilização do poder de compra governamental, do incentivo à qualificação empresarial e educação empreendedora, do acesso ao crédito e do fomento à tecnologia e inovação. Prestar apoio à definição de localidades estratégicas e instrumentos para a indução e atração de centros de distribuição e organizações âncora de atacado e logística.

ENERGIAS RENOVÁVEIS

- Estimular a implantação de projetos de geração de energia eólica e solar fotovoltaica, fomentando, em particular, a geração distribuída, e geração térmica a biomassa, bem como a consolidação da cadeia produtiva de energia eólica e a implantação da cadeia produtiva de energia solar fotovoltaica. Iniciar a prospecção de outras fontes de energias limpas (biogás).

PETRÓLEO, GÁS E PETROQUÍMICA

- Buscar revitalizar a produção de petróleo e gás natural em campos maduros, apoiando e articulando sua transferência para operadoras privadas e incentivando o adensamento da sua cadeia produtiva de bens e serviços, bem como atrair empreendimentos visando gerar energia a partir do gás natural, e o adensamento da cadeia produtiva química e petroquímica.

FORTALECIMENTO DA INDÚSTRIA DE MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL

- Aumentar a competitividade do setor com a ampliação da produção mineral e minero-industrial, buscando atrair novos investimentos por meio da ampliação do conhecimento geológico do Estado, com a disponibilização para a iniciativa privada de estudos e áreas com potencial mineral comprovado, estimulando o encadeamento, a agregação de valor e a estruturação dos elos de comércio, serviços e logística para as cadeias produtivas minerais e o aproveitamento dos seus resíduos.

VII. TURISMO

- Intensificar as ações de promoção do destino Bahia, no Brasil e no exterior, incentivando o incremento da visitação, ampliação do tempo de permanência e do gasto médio do turista nos destinos baianos;
- Desenvolver formas inovadoras de atuação na comunicação, promoção turística e inserção mercadológica;
- Estimular o turismo rural, aliado às cadeias estratégicas com potencial para dinamizar as economias regionais, como exemplo a estrada do cacau. Tem-se, na Bahia, grandes potenciais, como a do Cordeiro, das flores, das frutas;
- Fortalecer a imagem da Bahia perante os destinos concorrentes dando visibilidade ao Calendário de Eventos do estado;
- Criação de plataformas e canais digitais de ponta – como aplicativos, web sites –, de forma a oferecer estruturas que facilitem a integração e interação do turista com o destino Bahia, por meio de metodologias e tecnologias inovadoras, tornando a sua experiência mais atrativa;
- Dar prosseguimento à política de captação de voos domésticos e internacionais, bem como voos charters, de forma a promover maior fluxo de turistas, e desta forma gerar impacto econômico significativo para o Estado. A captação de voos poderá promover, ainda, melhoria física de aeroportos baianos, bem como investimentos na melhoria da qualidade dos serviços oferecidos aos visitantes e comunidades locais.

VIII. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Compatibilizar o desenvolvimento econômico com a manutenção e melhoria da qualidade ambiental, garantia da justiça social e mediação de conflitos, valorizando a área ambiental como um importante ativo para a indução do desenvolvimento sustentável, distribuindo os benefícios sociais do uso dos serviços ecossistêmicos.

GESTÃO DAS ÁGUAS

- Buscar parcerias visando a revitalização dos Rios Paraguaçu, Rios Joanes Ipitanga, Catolé Grande, Rio Cachoeira, Rio da Dona;
- Revitalização de mananciais e barragens para abastecimento humano - Barragem Zabumbão;
- Revitalização de mananciais e barragens para abastecimento humano - Ponto Novo;
- Revitalização de mananciais e barragens para abastecimento humano - Pedras Altas;
- Revitalização de mananciais e barragens para abastecimento humano - França;
- Revitalização de mananciais e barragens para abastecimento humano - Catolé;
- Revitalização de mananciais e barragens para abastecimento humano - Apertado;
- Revitalização de mananciais e barragens para abastecimento humano - Pindobaçu;
- Revitalização de mananciais e barragens para abastecimento humano - Bandeira de Melo;
- Fortalecer e integrar o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, por meio da implementação dos instrumentos de gestão das águas, fiscalização e monitoramento da qualidade da água, recuperação de mananciais degradados, gestão da demanda e promoção dos usos eficientes das águas superficiais e subterrâneas;
- Desenvolver um programa para qualificação das águas da Baía de Todos os Santos, valorizando o ecoturismo e a qualidade do uso da Baía por parte dos soteropolitanos;
- Fortalecer a participação social na gestão ambiental e das águas, por meio da estruturação das instâncias colegiadas, disponibilizando estudos, pesquisas e garantindo a transparência e o acesso às informações de interesse social;
- Incentivar a regularização do uso da água para a produção em imóveis rurais da agricultura familiar por meio do apoio para a formalização dos processos de outorga ou dispensa, fomentando a conservação da biodiversidade e utilização de práticas agrícolas sustentáveis;
- Fortalecer a governança das águas por intermédio do aprimoramento do arcabouço legal, institucional (Comitê de Bacias, SEMA, INEMA, Conselho Estadual de Recursos Hídricos, Fórum Estadual de Comitês de Bacias Hidrográficas) e instrumental (Pacto pelas Águas e mediação de conflitos), instituindo Comitê Estadual de Mediação de Conflitos Hídricos, composto por membros permanentes de secretarias e órgãos do governo estadual, e por composição variável dos territórios envolvidos em conflitos hídricos.

GESTÃO AMBIENTAL

- Promover a gestão florestal, a conservação e uso sustentável da biodiversidade por meio da instituição das áreas prioritárias para conservação e uso sustentável da biodiversidade, do Zoneamento Econômico Ecológico, da implementação do Pagamento por Serviços Ambientais e do fortalecimento da gestão do sistema estadual de unidades de conservação;
- Fortalecer o controle ambiental do Estado, garantindo qualidade ambiental, por meio da fiscalização estratégica e monitoramento sistemático, sendo estes aprimorados pela produção de dados especializados, uso de equipamentos e tecnologias modernas e ampliação das redes de monitoramento ambiental (implantação do Sistema Curupira);
- Ampliar e fortalecer o Sistema Estadual de Informações Ambientais e Recursos Hídricos (SEIA);
- Implementar e regulamentar a Política Estadual de Educação Ambiental, por meio da informação, formação, mobilização da sociedade para contribuir com a gestão ambiental, potencializando iniciativas socioambientais e promovendo a integração da educação ambiental no licenciamento, nos colegiados ambientais e territoriais e nas demais áreas da gestão ambiental e outras políticas setoriais;

- Fortalecer o Sistema Estadual de Unidades de Conservação, por meio da criação de novos espaços territoriais protegidos, da elaboração e implementação do Plano Estadual de UC, do aprimoramento da gestão e da consolidação territorial, valorizando o papel da sociedade na conservação da biodiversidade;
Requalificação do Parque Pituaçu e Parque do Abaeté com a dinamização do seus usos e implementação de ações de saneamento ambiental integrado e elaboração do plano de manejo da Bacia do Cobre;
Incentivar a regularização ambiental de imóveis rurais através do registro no Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais (CEFIR), cadastrando os imóveis rurais ainda não inseridos, inclusive as propriedades dos povos e comunidades tradicionais, e avançar no desenvolvimento de módulos para obtenção de informações adicionais e análise dos dados informados;
- Revitalização da bacia hidrográfica do Paraguaçu e seus afluentes;
- Fortalecer e integrar o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, por meio da implementação dos instrumentos de gestão das águas, fiscalização e monitoramento da qualidade da água, recuperação de mananciais degradados, gestão da demanda e promoção dos usos eficientes das águas superficiais e subterrâneas, com olhar estratégico para os efeitos das mudanças climáticas, considerando a maior incidência de secas e cheias com implicações nas atividades humanas;
- Fortalecer a participação social na gestão ambiental e das águas, por meio da estruturação das instâncias colegiadas, disponibilizando estudos, pesquisas e garantindo a transparência e o acesso às informações de interesse social;
- Implementar e regulamentar a Política Estadual de Educação Ambiental, por meio da informação, formação, mobilização da sociedade para contribuir com a gestão ambiental, potencializando iniciativas socioambientais e promovendo a integração da educação ambiental no licenciamento, nos colegiados ambientais e territoriais e nas demais áreas da gestão ambiental e outras políticas setoriais.

IX. SANEAMENTO E INFRAESTRUTURA HÍDRICA

A escassez hídrica marcou os últimos anos e surgiram áreas críticas nas quais o Governo necessita concentrar ações para reestabelecer a dignidade de vida e desenvolvimento regional.

A proposição pode ser abrigada em compromissos estratégicos que compõem Saneamento e que se desdobram em Programas, Projetos e ou Ações, a saber:

RESERVAÇÃO DE ÁGUA PARA USOS MÚLTIPLOS

Compreendendo a realidade hídrica do Estado, que enfrenta sazonais crises, é essencial reservar o recurso água, tanto para abastecimento humano, direito prioritário e essencial, quando para fomentar o desenvolvimento regional fornecendo este principal insumo a diversos processos produtivos. Para reservação de água para atendimento regional, serão implementadas:

CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E PROJETOS DE BARRAGENS:

- Construir a Barragem do Catolé (Barra do Choça - volume total de 23,8 hm³), licitada em 2018, irá reforçar o Sistema Integrado de Abastecimento de Água de Vitória da Conquista, atendendo cerca de 340 mil habitantes nos municípios de Vitória da Conquista, Belo Campo e Tremedal;
- Construir a Barragem de Baraúnas (Seabra - volume total de 23,7 hm³). Tem o objetivo de ampliar a oferta de água das sedes municipais de Seabra e Boninal e mais seis localidades rurais, atendendo cerca de 65 mil habitantes;
- Elaborar estudos complementares e licenciamento ambiental da Barragem de Casa Branca (Mucugê) para dar suporte hídrico à agricultura irrigada da região de Mucugê, gerando 4,5 mil empregos diretos e indiretos;
- Elaborar estudos complementares e licenciamento ambiental da Barragem de Morrinhos (Piripá - volume total de 34,71hm³), que se destina ao abastecimento humano, irrigação

e dessedentação animal, beneficiando 56,3 mil habitantes dos municípios de Condeúba, Cordeiros, Piripá, Presidente Jânio Quadros e Tremedal;

- Elaborar projeto e estudos complementares da Barragem do Rio da Caixa (Rio do Pires), que integra o Projeto de Segurança Hídrica do Vale do Paramirim, como reforço a Adutora Zabumbão/Boquira;
- Elaborar estudo de viabilidade com projeto executivo das Itapecerica (Mata de São João) e Jaguaripe (Itaparica/Vera Cruz) - (para suplementação do abastecimento de Salvador e RMs e para a ilha (Ponte);
- Elaborar estudo de ampliação de disponibilidade hídrica para a Bacia do Rio Itapicuru (Espanta Gado/Queimadas);
- Ampliar a capacidade de acumulação (23%) da Barragem de Cristalândia (Brumado - volume total de 16,7 hm³), beneficiando 60 mil habitantes dos municípios de Brumado e Tanhaçu;
- Ampliar a capacidade de acumulação (21,8%) da Barragem de Pedras Altas (Capim Grosso - volume total de 38,4 hm³), beneficiando 204,7 mil habitantes de Capim Grosso e outros 14 municípios;

IMPLANTAÇÃO DE CISTERNAS, TECNOLOGIAS DE PRODUÇÃO E SISTEMAS DE DESSALINIZAÇÃO

Em relação a reservação de água para atendimento local, a implantação de cisternas, tecnologias de produção e dessalinizadores têm se mostrado bastante eficazes na garantia de condições dignas de vida às comunidades:

- Implantar cisternas para consumo humano;
- Implantar tecnologias hídricas para produção para pequenos usos comunitários;
- Instalar e/ou recuperar sistemas de dessalinização.

DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA

A distribuição da água no seu potencial máximo, pressupõe uma eficiente rede de adutoras, sendo necessário implantação de novas e ampliação das existentes dentro do limite da eficiência hidráulica, para atendimento a um público novo e carente.

ADUTORAS

Com vistas a assegurar o efetivo acesso a distribuição, serão implantados 350 km de adutoras. Está previsto:

- Implantar a Adutora Ponto Novo/Pedras Altas, com extensão de 43,5 km e que dará suporte hídrico ao sistema adutor do Sisal, atendendo 194 mil habitantes nos municípios de Ponto Novo e Capim Grosso;
- Implantar a Adutora de Pedras Altas - 2ª etapa/fase II, com extensão de 46 km e que beneficiará 78,7 mil habitantes nos municípios de Mairi, Várzea do Poço, Várzea da Roça, Jacobina e Quixabeira;
- Implantar a Adutora Zambubão/Boquira - integra o Projeto de Segurança Hídrica do Vale do Paramirim, com extensão de 150 km e beneficiará 39,6 mil habitantes dos municípios de Boquira, Botuporã, Caturama, Ibipitanga, Macaúbas, Paramirim, Rio do Pires e Tanque Novo;
- Implantar a 2ª etapa / fase II da Adutora do Algodão - Ibitira/Lagoa Real, com extensão de 73 km e com o objetivo de reforçar o SIAA de Caetité, beneficiando 23 mil habitantes nos municípios de Rio do Antônio e Lagoa Real;
- Implantar a 1ª e 2ª etapas da Adutora de Santa Helena - Sistema adutor Jacumirim/Joanes II, com extensão de 20 km, visando garantir a segurança hídrica de Salvador e RMS;
- Implantar a Adutora Ponto Novo/Perímetro Irrigado de Ponto Novo, com extensão de 7 km;
- Duplicar a Adutora de Água Tratada do Sistema de Abastecimento de Água de Salvador, com 11 km de extensão.

CANAIS DE DESENVOLVIMENTO

O projeto Canal do Sertão Baiano (CSB) visa a distribuição das águas do Rio São Francisco ao longo de mais de 300 km do semiárido baiano, cuja área de abrangência envolve ainda as bacias dos rios Itapicuru, Jacuípe, Salitre, Poção, Tatuí, Tourão e Vaza-Barris. O abastecimento de água deverá atingir cerca de 1,4 milhão de pessoas em áreas urbanas e rurais de 44 municípios.

O Governo do Estado buscará ampliar a articulação junto à Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf, à Agência Nacional de Águas – ANA e ao Ministério da Integração Nacional – MI, visando apoiar a implementação do projeto.

ELEVAÇÃO DO ATENDIMENTO COM SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

É necessário prosseguir implementando soluções tanto para as áreas urbanas quanto para o meio rural, onde as soluções são diferenciadas.

SISTEMAS INTEGRADOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA (SIAA)

O atendimento das comunidades de maior porte, inclusive sedes municipais, serão realizados por Sistemas Integrados de Abastecimento de Água, que oferecem distribuição domiciliar e estação de tratamento e atendem várias localidades a partir de um mesmo manancial. Neste tópico está previsto:

- Concluir 02 sistemas integrados: SIAA Tucano Noroeste 1ª Etapa - Euclides da Cunha/Monte Santo, beneficiando as duas sedes e outras 16 localidades dos dois municípios, atendendo uma população de 58,1 mil habitantes; e o SIAA Chorrochó/Macururé, que vai atender 60 localidades e beneficiar uma população de 6,7 mil pessoas.

No período 2019-2022, serão implantados e ou ampliados outros 25 sistemas, beneficiando diversas localidades nos diversos Territórios de Identidade do Estado, destacando-se:

- No território do Sisal, destacam-se os sistemas que integram a Bacia do Aquífero do Tucano - SIAA Tucano Noroeste 2ª etapa /Monte Santo-Cansanção (68 localidades); SIAA Tucano Mandacaru - 1ª etapa (15 localidades) e 2ª etapa (13 localidades); e o SIAA Tucano Sudoeste/Queimadas-Santa Luz (35 localidades);
- Em Paulo Afonso, Território de Itaparica, serão implantados três SIAA (Juá, Várzea e Xingozinho), atendendo 16 localidades e beneficiando 5,9 mil pessoas;
- O SIAA de Maracás será implantado e atenderá as sedes dos municípios de Irajuba, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara, Lafayette Coutinho, Lagedo do Tabocal, Maracás e Planaltino, e mais 10 localidades da zona rural, beneficiando uma população de 177, 6 mil habitantes;
- Outros SIAA serão implantados nos municípios de Anagé, Barra, Boninal, Brejões, Buritirama, Cairu, Camamu, Encruzilhada, Erico Cardoso, Juazeiro, Ipiaú, Ituaçu, Jussiape, Miguel Calmon, Planaltino, Rio de Contas, Rio do Pires, Santa Maria Vitória, atendendo 168 localidades e beneficiando 56,6 mil pessoas.
- Será ampliado o SIAA de Saubara/Santo Amaro;
- Será ampliado o SIAA de Vitória da Conquista;
- Será ampliado o SIAA de Salvador/Pojuca;
- O SIAA de Feira de Santana, que vem sendo objeto de ampliações já tendo sido concluída, em 2016, a etapa do Setor Norte, terá a obra do Setor Leste concluída e iniciada a obra do Setor Tomba, promovendo a ampliação da capacidade de reservação e distribuição do Sistema. Será duplicada a capacidade de produção e adução de água tratada do SIAA;
- O SIAA de Salvador também terá novas intervenções a exemplo dos reservatórios R7, R19 e R23, além de melhorais no sistema de produção e distribuição da RMS;
- Elaborar o projeto da Adutora de Seabra/Boninal - município de Seabra.

SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - SAA

A ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água - SAA também impacta positivamente o aumento da oferta de água e o número de novas ligações.

- Ampliação do SAA em Boa Nova;
- Ampliação do SAA em Camaçari;
- Ampliação do SAA em Laje;
- Ampliação do SAA em Morpará;
- Ampliação do SAA em Paulo Afonso;
- Ampliação do SAA em Senhor do Bonfim;
- Ampliação do SAA em Simões Filho;
- Ampliação do SAA em São José da Vitória;
- Ampliação do SAA em Seabra.

EXTENSÕES DE REDE

Compreende a realização de ações de infraestrutura social voltada para a melhoria da qualidade de vida da população de baixa renda em localidades situadas fora das sedes municipais, garantindo acesso à água mediante a implantação ou ampliação de sistemas de abastecimento de água. Para esse tópico está previsto:

- Implantar 1,6 mil km de extensão de rede e 12 mil ligações.

POÇOS E SISTEMAS SIMPLIFICADOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA (SSAA)

O abastecimento rural, de forma geral, ocorre a partir de poço tubular, que normalmente oferece água de boa qualidade:

- Implantar 1.600 SSAA, destacando-se neste segmento as intervenções programadas nas áreas de assentamentos de reforma agrária – 100 SSAA.

ELEVAÇÃO DO ATENDIMENTO COM SERVIÇOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Entre as intervenções propostas, destaca-se, a implantação e ampliação de Sistemas de Esgotamento Sanitário em 35 municípios baianos. As ligações de esgoto atingirão um patamar de 1,6 milhão, a partir das 287 mil novas ligações a serem realizadas. Está previsto:

- Implantar e ampliar Sistemas de Esgotamento Sanitário em Baixa Grande;
- Implantar e ampliar Sistemas de Esgotamento Sanitário em Barra do Choça;
- Implantar e ampliar Sistemas de Esgotamento Sanitário em Brotas de Macaúbas;
- Implantar e ampliar Sistemas de Esgotamento Sanitário em Brumado;
- Implantar e ampliar Sistemas de Esgotamento Sanitário em Camaçari (Arembepe);
- Implantar e ampliar Sistemas de Esgotamento Sanitário em Canarana;
- Implantar e ampliar Sistemas de Esgotamento Sanitário em Candeias/São Francisco do Conde;
- Implantar e ampliar Sistemas de Esgotamento Sanitário em Chorrochó;
- Implantar e ampliar Sistemas de Esgotamento Sanitário em Conceição da Feira;
- Implantar e ampliar Sistemas de Esgotamento Sanitário em Dias D'Ávila/Mata de São João;
- Implantar e ampliar Sistemas de Esgotamento Sanitário em Érico Cardoso;
- Implantar e ampliar Sistemas de Esgotamento Sanitário em Eunápolis;
- Implantar e ampliar Sistemas de Esgotamento Sanitário em Feira de Santana (Bacia do Subaé);
- Implantar e ampliar Sistemas de Esgotamento Sanitário em Ilhéus/Pontal;
- Implantar e ampliar Sistemas de Esgotamento Sanitário em Ipirá;
- Implantar e ampliar Sistemas de Esgotamento Sanitário em Irajuba;
- Implantar e ampliar Sistemas de Esgotamento Sanitário em Iraquara;
- Implantar e ampliar Sistemas de Esgotamento Sanitário em Irecê;
- Implantar e ampliar Sistemas de Esgotamento Sanitário em Itaberaba;
- Implantar e ampliar Sistemas de Esgotamento Sanitário em Itaparica;
- Implantar e ampliar Sistemas de Esgotamento Sanitário em Itiúba;
- Implantar e ampliar Sistemas de Esgotamento Sanitário em Jacaraci;

- Implantar e ampliar Sistemas de Esgotamento Sanitário em Jacobina;
- Implantar e ampliar Sistemas de Esgotamento Sanitário em Jaguarari;
- Implantar e ampliar Sistemas de Esgotamento Sanitário em Jeremoabo;
- Implantar e ampliar Sistemas de Esgotamento Sanitário em Lauro de Freitas;
- Implantar e ampliar Sistemas de Esgotamento Sanitário em Luis Eduardo Magalhães;
- Implantar e ampliar Sistemas de Esgotamento Sanitário em Macajuba;
- Implantar e ampliar Sistemas de Esgotamento Sanitário em Muritiba;
- Implantar e ampliar Sistemas de Esgotamento Sanitário em Rio do Antônio;
- Implantar e ampliar Sistemas de Esgotamento Sanitário em Salvador;
- Implantar e ampliar Sistemas de Esgotamento Sanitário em Santa Maria da Vitória;
- Implantar e ampliar Sistemas de Esgotamento Sanitário, em Santo Amaro;
- Implantar e ampliar Sistemas de Esgotamento Sanitário, em Senhor do Bonfim;
- Implantar e ampliar Sistemas de Esgotamento Sanitário, em Vitória da Conquista;
- Elaborar projetos de Sistemas de Esgotamento Sanitário para Feira de Santana (Bacia do Pojuca);
- Elaborar projetos de Sistemas de Esgotamento Sanitário para Camaçari/ Dias D´ávila (ETE Norte);
- Elaborar projetos de Sistemas de Esgotamento Sanitário para Lauro de Freitas (Bacia do Rio Ipitanga);
- Elaborar projetos de Sistemas de Esgotamento Sanitário para Salvador (Bacia do Coruripe e sede);
- Implantar 2.000 módulos sanitários domiciliares para ampliar o atendimento de esgotamento sanitário no meio rural disperso.

GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

- Apoiar os consórcios públicos na área de resíduos sólidos, por meio da elaboração de estudos e/ou projetos de engenharia, e suporte técnico na captação de recursos. Destacamos que o apoio do Estado será para os consórcios que tenham dinâmica mínima de organização e de envolvimento concreto de participação.

DRENAGEM DE ÁGUAS DE CHUVA

- Concluir as obras de macrodrenagem nos municípios de Salvador e Lauro de Freitas, nas seguintes regiões: Rio Jaguaribe, Rios Joanes/Ipitanga, Lagoa da Base, Nova Constituinte/ Rio Paraguari, Bonfim/Massaranduba e Dique do Cabrito.

AÇÕES DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

- Elaborar o Plano Estadual de Saneamento Básico - PESB, que visa balizar as ações de saneamento no Estado, em um horizonte de 25 anos;
- Elaborar o Plano Estadual de Segurança Hídrica (PESH), que visa dotar o Estado da Bahia de um planejamento com diagnóstico e identificação de obras hídricas; e o Plano de Esgotamento Sanitário da Região Metropolitana de Salvador (PES/RMS), que complementa as ações do Plano de Abastecimento de Água da Região Metropolitana de Salvador (PARMS) e dos municípios de Santo Amaro e Saubara;
- Apoiar a elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico, diante da grande dificuldade que as cidades enfrentam nas ações de planejamento para o setor. Para o período 2019-2022 está programado o apoio a 93 municípios baianos;
- Atendendo a diplomas legais, serão elaborados, no período de 2019 – 2022, dezessete Planos de Segurança de Barragem, dos principais reservatórios operados pelo Estado.

EIXO 3:

PARTICIPAÇÃO POPULAR, CONTROLE SOCIAL E GESTÃO PÚBLICA EFICIENTE

O sucesso de uma gestão pública eficiente e responsável é resultado de muito trabalho, planejamento constante e racionalização dos processos. Nos últimos 12 anos, depois da ruptura com um passado burocrático, caro, ineficiente e autoritário, a Bahia inaugurou uma nova fase institucional, marcada pelas relações republicanas no acesso à máquina pública e todas as suas informações. Erigimos essa arquitetura com ampla participação social. Construimos espaços de diálogo e interação entre Estado e sociedade, por meio dos quais os homens e as mulheres que vivem aqui, apontaram as principais necessidades, apresentaram os gargalos fundamentais que impediam o desenvolvimento econômico e social da nossa terra.

A sofisticação da gestão começou no processo de escuta dos cidadãos, materializou-se na elaboração e execução das políticas públicas e, dia após dia, se dedica a planejar mais e melhor na busca incessante pelo equilíbrio das contas públicas. No cenário desafiador da crise que o país está mergulhado, asseguramos o pagamento dos salários rigorosamente em dia, o cumprimento dos compromissos com os fornecedores e, ainda, a realização de uma ampla pauta de investimentos. Descentralizamos serviços por meio de consórcios públicos, arranjo institucional de sucesso do Governo da Bahia.

A Bahia tem enfrentado a crise fiscal com firmeza e responsabilidade. Somos o segundo estado no país a ter mais despesa com investimento, atrás apenas de São Paulo. Outras ações foram fundamentais para o bom desempenho da atual gestão, dentre as quais a criação do Comitê de Recuperação de Ativos e a modernização da fiscalização tributária, o que possibilitou um ganho de performance de arrecadação.

As secretarias de estado passaram a trabalhar transversalmente na elaboração das políticas públicas. A criação das Assessorias de Planejamento e Gestão – APG qualificou ainda mais o planejamento estratégico descentralizado nas unidades.

A tarefa que se impõe à gestão pública é o de repensar, reestruturar e modernizar a ação governamental para assegurar mais efetividade nos resultados das políticas públicas. Para o longo prazo, construimos o PDI - Plano de Desenvolvimento Integrado Bahia 2035.

Faz-se necessário enfrentar alguns desafios de grande complexidade. Destacamos: a) ampliação e fortalecimento do planejamento e da gestão das políticas públicas na perspectiva de otimizar os resultados; b) manutenção do equilíbrio fiscal e do controle da qualidade dos gastos, sem perder a direcionalidade da estratégia de desenvolvimento do estado; c) aprofundar a modernização da administração pública estadual por meio de ferramentas de tecnologia da informação e comunicação; d) aperfeiçoamento da transparência e dos instrumentos de participação e controle social, nos âmbitos da elaboração, implementação e fiscalização das políticas públicas; e) realização de capacitação e valorização contínua dos servidores públicos estaduais; e f) aperfeiçoamento do modelo de descentralização administrativa para ampliar a capilaridade de ação governamental, mantendo a abordagem dos territórios de identidade enquanto unidades de planejamento e execução de políticas públicas.

PROPOSTAS PARA O EIXO 3

I. FORTALECIMENTO DO PLANEJAMENTO E DA GESTÃO PÚBLICA

- Aprimorar, no modelo do planejamento, os aspectos da transversalidade, da participação social, da territorialização das políticas públicas e da gestão por resultados;
- Consolidar a gestão estratégica por resultados, com o fortalecimento da integração dos sistemas de planejamento, administração e finanças;
- Estimular o exercício do planejamento a longo prazo, como estratégia para elaboração e implementação de políticas públicas;
- Fortalecer a cooperação entre estado e município no campo da gestão pública, por meio dos programas de capacitação, das instrutorias realizadas pelas equipes técnicas e da instituição de prêmios por boas práticas no âmbito municipal;
- Implantar mesas temáticas do PPA como instrumento de monitoramento e transversalidade entre as unidades do estado.

II. EQUILÍBRIO FISCAL E CONTROLE DA QUALIDADE DOS GASTOS

- Ampliar o processo de modernização da fiscalização tributária, ampliando a precisão na atuação dos agentes fiscalizadores;
- Ampliar atuação fiscal nas fronteiras do estado;
- Redução de despesas com a produção de energia própria, reuso da água e outras medidas;
- Ampliar e permitir que técnicos de nível médio da fazenda possam fiscalizar as pequenas e médias empresas;
- Reduzir os processos físicos no estado.

III. APROFUNDAR A MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- Apoiar o uso de inteligência artificial para melhor o desempenho da gestão pública estadual; Integração dos sistemas de planejamento, administração e finanças;
- Criar programa estadual de aperfeiçoamento da gestão de ativos imobiliários estatais.

IV. CAPACITAÇÃO E VALORIZAÇÃO CONTÍNUAS DOS SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS

- Implantar a Escola de Gestão de Governo, a partir da integração das SAEB, SEFAZ e SEPLAN;
- Implementar política de avaliação de desempenho com um sistema próprio, vinculado ao alcance de metas e resultados previamente pactuados;
- Estruturar as carreiras (atuais e novas) sempre em função do perfil de competências necessárias para o alcance dos resultados desejados e adequados à dinâmica do Estado;
- Implementar o modelo de gestão de competências que englobe processos de promoção, avaliação de desempenho e seleção.

V. POLÍTICAS PÚBLICAS COM PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

- Ampliar e fortalecer a coordenação da articulação social para aprimoramento do diálogo do Estado com a sociedade civil;
- Aperfeiçoar a aplicação das novas regras de parceria entre a administração pública e as organizações da sociedade civil na implementação de políticas públicas;
- Implementar estratégias que fortaleça a relação entre conselhos para articular as pautas transversais e aperfeiçoar a atuação dos conselhos e consolidar a participação e controle social na implementação das políticas públicas;
- Aperfeiçoar o sistema de gestão de informações que possibilite a consolidação de dados dos relacionados aos conselhos;
- Aperfeiçoar e ampliar, com inovação tecnológica, os mecanismos de escuta e participação social no ciclo do planejamento e da política territorial;
- Aperfeiçoar o sistema de monitoramento dos programas do PPA e dos indicadores estaduais com a participação dos Colegiados Territoriais e dos Conselhos Territoriais.

VI. DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA É O ESTADO MAIS PERTO DA SOCIEDADE

- Promover e dinamizar o consorciamento municipal como estratégia para viabilização da implementação de políticas municipais. Apoiar para fortalecer a cultura da ação consorciada entre as diversas áreas de atuação da administração pública municipal;
- Aperfeiçoar a interação entre os entes do governo do estado nos territórios de identidade, descentralizando e integrando os órgãos públicos a partir dos ativos existentes, as ações de governo e otimizando recursos com terceirização, aluguel e outras despesas, para avaliar a entrega e fornecer gerenciamento de desempenho das principais prioridades públicas;
- Fortalecer e ampliar os serviços de atendimento da Ouvidoria através de plataforma digital integrada aos órgãos;
- Aprimorar o Portal da Transparência.

